



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS: CULTURA, EDUCAÇÃO E
LINGUAGENS

ARIADNE MARIA DOS SANTOS MALHEIROS

A VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA SOCIEDADE DISTÓPICA DE *O CONTO DA AIA*
DE MARGARET ATWOOD

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA
2023

ARIADNE MARIA DOS SANTOS MALHEIROS

**A VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA SOCIEDADE DISTÓPICA DE *O CONTO DA AIA*
DE MARGARET ATWOOD**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagens (PPGCEL), como requisito ao título de mestre em Letras pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

Orientadora: Prof^{fa}. Dr^a. Márcia Santos Lemos

**VITÓRIA DA CONQUISTA – BA
2023**

M216v

Malheiros, Ariadne Maria dos Santos.

A violência de gênero na sociedade distópica de O Conto da Aia de Margaret Atwood. / Ariadne Maria dos Santos Malheiros, 2023.

73f.

Orientador (a): Dr.^a Márcia Santos Lemos.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagem, Vitória da Conquista, 2023.

Inclui referência F. 70 - 101

1. Mulheres. 2. Patriarcado. 3. Violência de Gênero. 4. Reificação. 5. Distopia.
I. Lemos, Márcia Santos. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagem III. T.

CDD 305.4

Catálogo na fonte: Karolyne Alcântara Profeta – CRB 5/2134

UESB – Campus Vitória da Conquista – BA

Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagens e avaliada pela seguinte Comissão Examinadora:

Prof^a Dr^a Márcia Santos Lemos

(Orientadora)

Programa de Pós-graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagens - UESB

Prof. Dr. Marcus Antônio Assis Lima

(Avaliador Interno)

Programa de Pós-graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagens - UESB

Prof^a Dr^a Cleide de Lima Chaves

(Avaliadora Externa)

Mestrado Profissional em História - UESB

Vitória da Conquista/BA, 10 de outubro de 2023

“A mulher deve escrever a si mesma: deve escrever sobre as mulheres e levar as mulheres a escrever, de onde foram expulsas tão violentamente como de seus corpos.”

(Hélène Cixous, 1976)

Para Lis e Gabriel, meus filhos!

AGRADECIMENTOS

A Deus, minha maior fonte de força espiritual, sem a qual eu não teria conseguido chegar até aqui.

À professora Márcia Lemos, minha orientadora, por me acolher, ensinar e, principalmente, por acreditar em mim e em meu trabalho! Professora, eu tenho uma enorme admiração intelectual por você. Nunca vou me esquecer da sua elegância enunciativa! Muito obrigada!

À minha filha Lis e ao meu filho Gabriel, por compreenderem minhas ausências durante alguns momentos do meu percurso acadêmico. Por ela e por ele eu busquei meu recomeço e recomeçarei sempre que necessário.

À minha mãe, Ricardina, pelo amor incondicional, apoio e por se doar aos meus filhos. Ao meu pai, Alvano, pela hombridade e por me ensinar que a vida vale cada luta travada. EU AMO VOCÊS!

Ao meu irmão, Ronnie, e à minha cunhada, Regina, pelas vidas de meus sobrinhos Letícia e Lucas e, também, pela fé, paz e sabedoria que vocês manifestam.

Ao meu companheiro, Anderson, pelo inestimável zelo por meus filhos, apoio e paciência – quanta paciência! Obrigada por cuidar de mim, por sempre me dizer que desistir não era uma opção... e não foi! Ao te conhecer, buscava apenas um parceiro de pedal, mas encontrei o amor da minha vida.

À minha colega de turma e amiga Cristiane! Cris, celebro o nosso reencontro nesta vida! Sim, como você disse, “nós já nos conhecíamos”. Obrigada por me mostrar que eu seria capaz e me encorajar a isto. Desbravamos Gilead!!!

Às minhas colegas de orientação, Fabi, Ana e Camila – As Rosas de Luxemburgo! Seguiremos assim: ninguém soltando a mão de ninguém, meninas!

Aos meus primos e primas, aos grandes amigos e amigas pela torcida de sempre, por tantas vezes me tirarem do tédio e por respeitarem a minha ausência nesses últimos meses! Gente, estou voltando! E volto mestra!! Venci!!!

Aos meus colegas e minhas colegas de turma (e que turma!) por compartilharem das mesmas angústias intelectuais, pelas informações, risadas e acolhimento.

À minha banca examinadora, gratidão, professora Cleide e professor Marcus, pela leitura cuidadosa, sugestões, direcionamentos e, principalmente, pela presteza!

À UESB e a todos os professores e professoras deste mestrado em Letras, por tornarem possível o meu sonho.

À FABESB pela concessão da bolsa que possibilitou o andamento desta pesquisa.

RESUMO

A presente pesquisa propõe-se a refletir sobre o romance distópico de Margaret Atwood, *O conto da aia* (2017), analisando a violência de gênero a partir das cenas de estupro e do parto vivenciadas pelas mulheres da categoria das Aias na República de Gilead. Um governo teonômico que, dentre outras medidas extremamente rígidas, apropria-se do corpo feminino, retira todos os direitos das mulheres e elege as Aias como as responsáveis pelo trabalho reprodutivo, desde a concepção até o parto dos filhos e filhas de Gilead. Embora o livro estudado seja uma obra de ficção, os fatos narrados em primeira pessoa pela protagonista Offred encontram correspondências em realidades concretas e remetem a acontecimentos históricos e, mesmo sendo ficcionados em distopia, são profícuos como instrumentos de crítica social e pesquisa. Nesta perspectiva, parte-se da premissa que a obra de Atwood reflete e refrata a realidade vivida pelas vítimas de violência de gênero, sexual e obstétrica, e possibilita compreender as determinações no processo de reificação das mulheres ao longo da narrativa. O respaldo para a violência que oprime, domina e cria as condições para a apropriação das mulheres é fornecido pelo patriarcado e pelo governo autoritário e teonômico, imposto por um grupo político que derruba a democracia estadunidense. As leis estabelecidas nesse novo governo, formado por cristãos que se autoproclamam Filhos de Jacob, coagem mulheres, oprimem e reprimem sua sexualidade, conduzem algumas à prostituição e designam as férteis a procriarem com o argumento de que a humanidade precisa continuar a se reproduzir. Considerado o eixo central desta pesquisa, destacam-se duas cenas de *O conto da aia* (2017): o ritual de Cerimônia, no qual Offred é estuprada, e o ritual do dia do parto, em que não se pode utilizar anestésicos - analisadas a partir do dialogismo de Mikhail Bakhtin e das teóricas e teóricos que versam sobre distopia, violência contra as mulheres, patriarcado, estudos de gênero e reificação: Heleieth Saffioti, Gerda Lerner, Joan Scot, Angela Davis, Judith Butler, bell hooks, Cinzia Arruzza e Flávia Biroli.

Palavras-chave: Mulheres. Patriarcado. Violência de Gênero. Reificação. Distopia

ABSTRACT

This research proposes to reflect on Margaret Atwood's dystopian novel, *The Handmaid's Tale* (2017), analyzing gender violence based on scenes of rape and childbirth experienced by the category of Handmaid women in the Republic of Gilead. This government appropriates the female body, takes away all women's rights and elects the Handmaids as those responsible for reproductive work when it comes to the conception and gestation of Gilead's sons and daughters. The facts narrated in the first person by the protagonist Offred find correspondences in concrete realities and refer to historical events, even though they are fictionalized in dystopia, they are useful as instruments of social criticism and research. From this perspective, it is based on the premise that Atwood's work reflects and refracts the reality experienced by victims of sexual and obstetric gender, violence and makes it possible to understand the determinations in the process of reification of women throughout the narrative. The support for the violence that oppresses, dominates and creates the conditions for the appropriation of women is provided by patriarchy and the authoritarian and theonomic government, imposed by a political group that overthrows American democracy. The laws established in this new government, formed by Christians who proclaim themselves Sons of Jacob, coerce women, repress their sexuality, lead some to prostitution and designate fertile women to procreate with the argument that humanity needs to continue to reproduce. Considered the central axis of this research, two scenes from *The Handmaid's Tale* (2017) stand out: the Ceremony ritual, in which Offred is raped, and the birth day ritual, in which anesthetics cannot be used - analyzed based on the dialogism of Mikhail Bakhtin and theorists who deal with dystopia, violence against women, patriarchy, gender studies and reification: Heleieth Saffioti, Gerda Lerner, Joan Scot, Angela Davis, Judith Butler, bell hooks, Cinzia Arruzza and Flávia Biroli.

Keywords: Women. Patriarchy. Gender Violence. Reification. Dystopia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I: PATRIARCADO E VIOLÊNCIA DE GÊNERO À LUZ DA NARRATIVA DE <i>O CONTO DA AIA</i>	9
1.1 Patriarcado como regime de opressão contra as mulheres	12
1.2 A violência contra as mulheres e as relações de gênero.....	15
CAPÍTULO II: <i>O CONTO DA AIA</i>: CONTROLE E OPRESSÃO NA LITERATURA.	24
2.1 Notas sobre a década de 1980: história, realidade e literatura	27
2.1.1 Polifonia e ideologia em <i>O Conto da Aia</i>: A consciência e a realidade social na perspectiva bakhtiniana.....	32
2.2 Literatura distópica: ficção e realidade	36
2.3 Ser mulher em Gilead: “Somos para fins de procriação”?	41
2.3.1 A violência resistente no posfácio retórico de Atwood: “Não quero estar contando essa história. Não quero contá-la”	47
CAPÍTULO III: PARA ALÉM DOS MUROS VISÍVEIS E INVISÍVEIS DE GILEAD: A REIFICAÇÃO DAS MULHERES AIAS	52
3.1 “Somos úteros de duas pernas, apenas isso”	52
3.2 “A dor da falta”	59
3.3 “Tudo o que é silenciado clamará para ser ouvido ainda que silenciosamente” .	63
CONSIDERAÇÕES FINAIS ÀS DEUSAS DA HISTÓRIA.....	67
REFERÊNCIAS	70

INTRODUÇÃO

Se és uma mulher forte
protege-te com palavras e árvores
e invoca a memória das mulheres antigas.
Tens que saber que és um campo magnético
para onde viajarão gritando os pregos enferrujados
e o óxido mortal de todos os naufrágios.
Ampara, mas ampara-te primeiro.
Guarda distâncias.
Constrói-te. Cuida-te.
Entesoura teu poder.
Defende-o.
Faça-o por ti.
Te peço em nome de todas nós.

(Gioconda Belli – Tradução de Jeff Vasques, 2017)

A epígrafe apresentada compõe o poema *Conselhos para uma mulher forte*, da nicaraguense Gioconda Belli, e revela um diálogo com as mulheres no sentido da desconstrução e desnaturalização da opressão masculina, que nos coage a sermos fortes pelos moldes que exige a cultura do patriarcado. Essa é uma poesia de muitas mulheres que se apoiam e que, na subjetividade do ser, veem o feminino como o mais forte encorajador a continuar e ressignificar a sua história.

No poema supracitado, o eu lírico rompe com os silêncios e sugere uma mútua cooperação feminina. A inspiração temática para esta escrita não surgiu apenas de minhas inquietações, mas também das muitas outras mulheres que vivem, viveram ou se recusam a aceitar quaisquer formas de violência de gênero, sejam elas patrimonial, física, sexual, moral ou psicológica. A base da presente dissertação foi moldada por mim e por minha orientadora, que, com a utilização da literatura como acesso a mundos possíveis, acreditou que, ao dissertar sobre essa temática, eu me tornaria mais forte enquanto mulher e mãe submetida a algumas das formas de violência citadas anteriormente.

A partir das reflexões que se sucederam sobre o tema violência de gênero, foi possível realizar uma releitura da minha própria vida. Fez-me lembrar que, na mitologia grega, a Ariadne, filha do rei de Creta, presenteou Teseu, seu amado, com um novelo de lã – o *Fio de Ariadne* – quando este fora encarregado de executar o Minotauro, um monstro que era mantido em um labirinto. O novelo de lã conduziu Teseu a encontrar o caminho de volta após matar o Minotauro (BULFINCH, 2002). Assim, o estudo de *O conto da aia* foi, como na mitologia grega, o *Fio de Ariadne* para o reencontro comigo mesma: uma mulher usurpada pela constante desvalorização e intimidação de um homem abusador.

A estrutura labiríntica da minha vida foi moldada ao longo de anos de controle e manipulação, que gradualmente me fizeram perder minha identidade. Reduzida, sem amor-próprio e, sem perceber, acabei assumindo a personalidade daquela que ele criara para mim. Eu não sabia mais quem eu era. Após o descarte sofrido, continuo a ser violentada de forma psicológica, moral e patrimonial. Para minha proteção física, conto agora com a Lei Maria da Penha, mas, para isso, foi preciso ter coragem de romper com o paradoxo de um silêncio gritante que, ao mesmo tempo que me atormentava, era também necessário para preservar a minha vida. É por mim e por muitas outras, portanto, que estou aqui tecendo a escrita desta dissertação.

Guiado pelo *Fio de Ariadne*, este trabalho propõe-se a analisar a violência de gênero contra as mulheres, presente no livro distópico de Margaret Atwood, *O conto da aia* (2017), do original em inglês *The Handmaid's Tale*, visto pela própria autora como “literatura de testemunho”, ou seja: “Offred registra a sua história da melhor maneira que pode; então ela a esconde, confiando que possa ser descoberta mais tarde por alguém que seja livre para entendê-la e compartilhá-la” (Atwood, 2021, p. 381). A história contada pela narradora-personagem protagonista, Offred, situa-se nos Estados Unidos da América, após o país sofrer um golpe que derrubou a democracia e instaurou um governo autoritário, denominado República de Gilead. Desde então, as mulheres, sob as mais variadas formas de tortura física e psicológica, perderam a liberdade, inclusive a de decidir sobre o próprio corpo e sobre a reprodução da vida.

Conforme defendido por Pacheco Padilla (2015), Offred foi incapaz de agir por si mesma e resistir ao regime, pois ansiava apenas por notícias do esposo e da filha. Ao contrário disso, inferimos nesta pesquisa que a narradora-personagem protagonista, ao contar sua história e deixar registrado em áudio o que vivera, proporciona o conhecimento público do que ocorreu após o golpe sofrido pelos Estados Unidos e vai mais adiante: desafia tal

regime dominante, fazendo sua voz ecoar, por meio de sua história, para além da República de Gilead. Conclui-se que Offred, mesmo subjetivada e reificada, ocupou o seu lugar de resistência. Isto posto, esta pesquisa adentra a narrativa distópica do mundo de Gilead.

Pesquisar, dialogar e escrever sobre violência de gênero contra as mulheres é uma condição *sine qua non*, um enfrentamento à opressão, um apelo contra a acomodação ao regime patriarcal que rege a sociedade e, ao mesmo tempo, um refrigério ao sofrimento e ao adoecimento físico e psíquico de mulheres e meninas oprimidas por algum tipo de violência.

A violência de gênero, entendida como agressão física, psicológica, sexual, simbólica e moral, ou que resulte em dano, sofrimento, coerção e privação de liberdade contra alguém devido à sua orientação sexual ou identidade de gênero, está presente na vida de parte das mulheres e, embora vista por muitos como comum e natural, não deve ser naturalizada; ela tem suas raízes nas relações de poder desiguais entre homens e mulheres, a partir de uma construção histórica e social. Assim, Saffioti (2001) define que:

Violência de gênero é o conceito mais amplo, abrangendo vítimas como mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos. No exercício da função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que se lhes apresenta como desvio (Saffioti, 2001, p. 115).

Partindo desse pressuposto, compreende-se que uma das principais formas de violência contra as mulheres, enraizada em relações de poder e desigualdades, é a violência de gênero. Saffioti (2015), em *Gênero, Patriarcado e Violência*, define “violência de gênero” como uma categoria mais geral entre as formas de violência, podendo ocorrer no sentido do homem contra outro homem ou de uma mulher contra outra mulher, mas, como enfatizado pela autora supramencionada, o mais recorrente é a violência do homem contra a mulher. Nesta pesquisa, tem-se como foco a violência sexual e a violência obstétrica – ambas compreendidas como formas de violência de gênero - em *O conto da aia* (2017), especificamente nas cenas de estupro que compõem o ritual da concepção e o ritual do parto, articulando as categorias patriarcado, gênero e reificação. Saliento, de antemão, que, a partir deste parágrafo, o termo “violência de gênero” será empregado para referir-se à violência sexual e obstétrica sofrida por mulheres.

A hierarquia entre os sexos, historicamente estabelecida, determina a supremacia do masculino sobre o feminino. Essa hierarquia não se restringe às diferenças biológicas e anatômicas, mas implica a supervalorização do masculino, legitimando o uso da violência.

As estruturas patriarcais colocam as mulheres à mercê dos padrões sociais discriminatórios e rígidos, que propiciam os ciclos de violência e submissão de um gênero ao outro. A violência não atinge todas as mulheres da mesma forma, pois está articulada à classe social, origem étnico-racial, orientação sexual, escolaridade, idade, entre outros fatores. Conforme explicitado por Arruzza, “a opressão feminina nem sempre existiu, mas surgiu como resultado de uma série complexa de processos sociais” (Arruzza, 2019, p. 93). Essa opressão ocorre hegemonicamente nos espaços privados, em conflitos interpessoais por vezes silenciados e, portanto, subnotificados aos órgãos de informação e combate à violência. Nesse sentido, as análises de Saffioti (2015), Lerner (2019) e Davis (2017) serão essenciais para o desenvolvimento desta discussão.

Produto de uma sociedade conservadora e patriarcal, a violência contra as mulheres deve ser estudada, teorizada, problematizada e divulgada, para que se consiga enfrentar e diminuir tanto a sua invisibilidade quanto as suas ocorrências.

Mesmo com as conquistas e os avanços logrados a partir das pautas e reivindicações dos movimentos feministas ao longo da história, bem como dos debates, estudos, críticas e de legislações, a violência contra as mulheres continua a ser um grave problema social e de saúde pública. Por mais que soe óbvio, faz-se necessário afirmar que a superação das desigualdades em uma sociedade de classes, racista, sexista e cis-heteropatriarcal é necessária e urgente.

Em entrevista ao *The New York Times*, no ano de 2017 - recentemente publicada na edição brasileira de 2021 do romance *O conto da aia*, pela editora Rocco -, Atwood (2021) explica que, na década de 1980, quando escreveu esse livro, dadas as circunstâncias históricas do período - como o auge da Guerra Fria entre Estados Unidos e União Soviética -, foi uma época em que “qualquer coisa podia acontecer em qualquer lugar” (Atwood, 2021, p. 375). De acordo com Angela Davis (2017), no livro *Mulheres, cultura e política*, nessa mesma década houve o ano com maior número de casos de violência e/ou assédio de mulheres nos Estados Unidos, período em que o movimento “pró-vida” buscou “uma proibição constitucional ao aborto, o que, na verdade, eliminaria o direito mais fundamental – e, ironicamente, mais sagrado – das mulheres: decidir o que acontece e o que é gerado em seu próprio corpo” (Davis, 2017, p. 37). Em *O conto da aia* (2017), esses movimentos são apresentados a partir das lembranças de Offred, ao recordar a participação de sua mãe em passeatas feministas em defesa dos direitos das mulheres, inclusive do direito ao aborto legalizado.

Cabe lembrar que, entre os anos 1976 e 1985, intensificaram-se, nos Estados Unidos, as lutas femininas pela igualdade de gênero e defesa dos direitos das mulheres. A Organização das Nações Unidas (ONU), em 1985, ao instituir a “Década das Mulheres”, promoveu a *I Conferência Mundial sobre as Mulheres*, na qual foi aprovado um Plano de Ação que teve como temas centrais a “igualdade entre os sexos; integração da mulher no desenvolvimento; e promoção da paz” (Fáveri, 2014, p. 8). Sobre o término dessa década, Davis (2017) expõe que se tornou evidente “que as mulheres de todo o mundo constituem uma potência política capaz de representar uma incontestável ameaça às forças globais do atraso e da opressão” (DAVIS, 2017, p. 83).

Ao discorrer sobre os fatos narrados em *O conto da aia*, a partir de um contexto histórico, Lisa Jadwin (2009), no artigo *Margaret Atwood's The Handmaid's Tale (1985): Cultural and Historical Context*, destaca a relação de Gilead com os governos e as manifestações populares da década de 1980. Neste artigo, a autora explora o contexto histórico dos anos 1980, com ênfase nos Estados Unidos e na Europa, para discutir as influências culturais e políticas que moldaram a obra de Atwood. Jadwin (2009) informa que, entre 1981 e 1989, durante o governo do presidente Ronald Reagan, nos Estados Unidos, houve um aumento de cento e sessenta por cento (160%) nos casos de violência doméstica. Esse aumento pode estar associado à considerável redução dos gastos públicos destinados a programas sociais e a iniciativas voltadas às mulheres. De acordo com Jadwin (2009), a abordagem de Atwood sobre feminismo, apresentada em seu romance, “é claramente uma resposta a esses fenômenos” (Jadwin, 2009, p. 30 – tradução nossa).

A carência de debates públicos sobre misoginia, sexismo e violência de gênero legitima a voz dos opressores e agressores e, ao mesmo tempo, silencia as mulheres. Uma das maiores expoentes da antropologia nos Estados Unidos, Leacock (2019) elucida seu posicionamento contra a ordem vigente e propõe a reflexão de que a exploração, a desigualdade e a competição desumana da sociedade são, necessariamente, resultantes de produtos históricos, mantidos pelas estruturas sociais, econômicas e políticas.

Portanto, embora a ditadura teonômica imposta em Gilead seja distópica - instaurada a partir de um golpe que exterminou a democracia -, a violência de gênero ultrapassa o mundo ficcional atwoodiano, uma vez que o regime patriarcal constitui uma forma perversa de opressão, dominação, exploração e reificação das mulheres.

A questão central que instigou este estudo parte das diversas vozes presentes em *O conto da aia* (2017), que reproduzem e refratam a realidade de violência enfrentada por

mulheres devido ao fato de serem biologicamente definidas como do sexo feminino. Com base nisso, procurou-se questionar: de que forma o patriarcado, configurado como uma estrutura social e ideológica, institucionaliza e mantém as diversas formas de violência sofridas por mulheres? Para tal intuito, de forma mais específica, buscou-se: (i) discutir *O conto da aia* como uma obra literária distópica que reproduz e refrata a realidade da violência enfrentada por mulheres; (ii) explicitar a violência sexual contra as mulheres, que tem seu corpo estuprado, e a violência obstétrica institucionalizada; (iii) analisar o processo de reificação das mulheres a partir da formação distópica da República de Gilead.

Esta dissertação apresenta, além da introdução, mais três capítulos. A saber: o primeiro capítulo, embasado no que é definido por Butler (2003), Davis (2017), Saffioti (2013; 2015; 1999), Scott (1995), Engels (2019) e Lerner (2019), trata da violência de gênero contra as mulheres e da opressão do regime patriarcal. No segundo capítulo, expõe-se a obra analisada, bem como sua história, com vistas ao entendimento da literatura distópica e de sua linha tênue entre ficção e realidade. Para isso, a abordagem referencial centrou-se em estudos sobre teoria, crítica e literatura distópica, associada a uma análise contextual e histórica da década de 1980, especialmente nos Estados Unidos e em parte da Europa. Utilizamos, para tanto, os estudos de Bentivoglio (2019), Moylan (2016) e Suvin (2015), no que tange às definições de distopia, e de bell hooks (2018; 2019), Candido (1999), Davis (2017), Hobsbawn (1995) e Pesavento (1998), no debate que envolve história e literatura.

No terceiro capítulo deste estudo, escrutinou-se a reificação das mulheres, vista a partir da narrativa sobre a República de Gilead, especialmente nas cenas do estupro e do parto. Foi exposta a importância da discussão acerca dos diversos enunciados que atravessam a narrativa e que podem ser analisados na perspectiva polifônica de Bakhtin (2002). Diversas são as vozes presentes no romance analisado; portanto, fez-se necessário um olhar atento voltado para a polifonia e sua contribuição à complexidade e à riqueza do texto narrativo. O foco aqui está centrado nos estudos trazidos por Bakhtin (2002) e na reificação das mulheres, a partir das análises de Davis (2006) e hooks (2019).

A crítica literária pautada no campo do marxismo, a partir de autores como Mikhail Bakhtin (1992) e Terry Eagleton (1976), possibilita analisar a literatura considerando-se os processos de desenvolvimento histórico-social da humanidade, que são de múltiplas determinações, e compreender o capitalismo como um regime de dominação de classe. O crítico literário britânico Eagleton (1976) opta por dispor, na obra *Marxismo e Crítica Literária*, reflexões acerca da relação entre literatura e história, e entre forma e conteúdo.

[...] a crítica marxista opôs-se tradicionalmente a todas as espécies de formalismo literário, atacando aquela atenção inata às características puramente técnicas que despoja a literatura do seu alcance histórico e a reduz a um jogo estético. [...] O próprio Marx acreditava que a literatura deveria revelar uma unidade entre forma e conteúdo [...] (Eagleton, 1976, p. 35).

Esta relação, de acordo com Eagleton (1976), necessária à análise literária, não é compreendida distintamente uma da outra, sendo a “forma” necessária à compreensão das ideias e da comunicação que integra o “conteúdo”: “a forma artística não é um simples floreado do artista individual. As formas são historicamente determinadas pelo tipo de conteúdo que têm de incorporar; são alteradas, transformadas, destruídas e revolucionadas à medida que o próprio conteúdo muda” (Eagleton, 1976, p. 37).

Na perspectiva bakhtiniana, a literatura é entendida como um fenômeno linguístico, e o discurso literário ideológico é apoderado para se pensar a linguagem. Para o filósofo russo, tudo que é ideológico possui um significado e corresponde a algo situado fora de si, ou seja, é um signo que vale por si mesmo e reproduz uma realidade que lhe é exterior. A palavra, o fenômeno ideológico por excelência, e a consciência dos seres sociais são constituídos por signos quando impregnadas de produto ideológico, conseqüentemente ao processo de interação social (BAKHTIN, 2006).

Nessa direção, uma vez que a narrativa de *O conto da aia* (2017) projeta uma sociedade opressora, é crucial, nesta pesquisa, buscar a análise das vozes sociais que denunciam a violência de gênero sob o comando de um regime antidemocrático. Assim, é relevante o estudo do indivíduo fictício atwoodiano e suas relações com o meio social, identificando, na perspectiva teórico-social, os fundamentos propostos por Bakhtin na prerrogativa de enunciado concreto – este que já foi um enunciado anterior, pois nenhum tem origem em si mesmo. Torna-se necessária, então, uma abordagem a respeito do dialogismo como princípio constitutivo da linguagem. Há, em *O conto da aia* (2017), a possibilidade de interlocução da história narrada com fatos sociais que já haviam ocorrido mundialmente naquela mesma década de 1980. Foi um período de ascensão e conflito nos movimentos feministas, bem como de graves problemas ambientais, tanto nos Estados Unidos, onde se desenvolveu a história escrita por Atwood, como na Alemanha, onde ela estava morando.

As vozes sociais do romance podem ser analisadas pela perspectiva do que Bakhtin (2002) classificou como gênero polifônico, em virtude das ideologias contraditórias que, na obra, coexistem igualmente com o próprio narrador. O filósofo considera Fiódor Dostoiévsky o criador do romance polifônico e expõe que “suas personagens principais são, em realidade,

não apenas objetos do discurso do autor, mas os próprios sujeitos desse discurso diretamente significativa” (Bakhtin, 2002, p.4 – itálico no original). Existe uma interdependência na relação das vozes do autor e das personagens, na qual a consciência do herói não se limita à consciência do autor; assim também se observa em *O conto da aia* (2017), em que as vozes da narradora, dentro daquele contexto social, imbricam seu presente, passado e a liberdade desejada no futuro.

A proposta desta pesquisa refrata a forma como mulheres são reprimidas pelo poder que viola seus direitos, a partir da percepção do que é exposto pela narradora-personagem do romance. A partir de fatos históricos reais, Atwood constrói o mundo distópico da República de Gilead e exorta uma crítica contundente à cultura misógina e aos governos autoritários. Há muitas vidas reais em *O conto da aia* (2017), que sensibilizam, incomodam e denunciam o silenciamento imposto às personagens femininas - vozes necessárias para a construção de uma sociedade igualitária, livre da violência promovida pela dominação masculina que se expressa no machismo cis-heteropatriarcal do cotidiano.

CAPÍTULO I: PATRIARCADO E VIOLÊNCIA DE GÊNERO À LUZ DA NARRATIVA DE *O CONTO DA AIA*

Você tentou comprar alguma coisa com seu cartão de débito na Compuconta hoje?

Tentei, disse. E lhe contei sobre aquilo também.

Eles congelaram as contas, disse ela. A minha também. A da cooperativa também. Qualquer conta com um F em vez de um M. Tudo que precisaram fazer foi apertar alguns botões. Estamos deserdadas. Confiscaram tudo.

[...]

Mulheres não podem mais possuir bens, disse ela. É uma nova lei. Você ligou a televisão hoje?

Não, respondi.

Está sendo anunciado sem parar, disse Moira. Em todos os lugares. Ela não estava atordoada, da maneira como eu estava. De alguma forma estranha ela estava alegre, entusiasmada, como se isso fosse o que ela esperasse há algum tempo e agora ficara provado que estava certa. Parecia até mais cheia de energia, mais determinada. Luke pode usar sua Compuconta para você, disse ela.

Vão transferir seu número para ele, ou pelo menos é o que dizem. Marido ou parente mais próximo do sexo masculino.

Mas e você?, perguntei. Ela não tinha ninguém.

Eu vou entrar na clandestinidade. Alguns dos rapazes gays podem assumir nossos números e nos comprar as coisas que precisarmos (Atwood, 2017, pp. 213-214).

O conto da aia (2017) é, como dito, um romance distópico que se desenvolve a partir das narrações simultâneas da protagonista Offred sobre a ascensão de Gilead e suas memórias nostálgicas de sua vida pregressa. A realidade vivida pela personagem desenvolve-se por meio de uma sátira à manutenção da família nuclear e patriarcal, destacando a violência física, psicológica e sexual contra as mulheres, além da misoginia e do autoritarismo, na tentativa de assegurar o poder dos homens, que se sentiam ameaçados.

O excerto que inicia esta seção contempla o diálogo entre as personagens Offred e Moira durante o período de instalação do governo gileadeano. Nesta ocasião, Offred, ao tentar comprar cigarros, descobriu que não havia dinheiro em sua conta bancária e, enquanto trabalhava, recebeu a notícia de que, juntamente com as demais colegas, seria demitida. Após ser informada por Moira, a narradora descobre que, gradualmente, as mulheres estavam perdendo direitos e liberdade à medida que se consolidava um novo governo.

Naquela sociedade, o exército declarou que o país estava em estado de emergência, logo após terem assassinado a tiros o presidente da república e metralhado o Congresso (Atwood, 2017). Imediatamente, sobrepôs-se o poder e a opressão dos homens sobre as mulheres, seus direitos e suas formas de liberdade. A demissão de Offred do emprego, e,

simultaneamente, o confisco do seu patrimônio financeiro marcaram o início da subalternidade que as mulheres passariam a ser submetidas pelos homens que, aos poucos, determinavam também seus novos papéis sociais.

Na fictícia nação distópica, como em sociedades em que o regime patriarcal de gênero é supremo nas determinações de poder exercidas pelos homens, as normas sociais reproduzem os estereótipos de gênero que limitam, silenciam, controlam, violentam e hierarquizam, principalmente, as mulheres. Desse modo, em *O conto da aia* (ATWOOD, 2017), os homens destituíram a democracia estadunidense e respaldaram-se no fundamentalismo cristão com interpretações bíblicas de acordo com seus interesses.

À semelhança da Bíblia, que em seu primeiro livro - o do Gênesis – tem-se a origem do mundo e da humanidade, Atwood (2017) abre o romance com a epígrafe da história também do Gênesis, de Raquel, Jacob e de sua serva, Bilha, para, de modo igual, iniciar a criação da República de Gilead. Adiante, entende-se que a história de Raquel e Bilha é o que fundamenta o papel reprodutivo das Aias, considerando que os homens daquela sociedade, que ocupavam alta posição no regime – os Comandantes -, assim como o Jacob bíblico, tinham o direito de ter uma Aia que seria a reprodutora da sua família. O critério de escolha para ser uma Aia fundamentava-se na possibilidade de a mulher ser fértil, considerando a idade e a gestação de crianças saudáveis antes do regime (ATWOOD, 2017).

Também de inspiração bíblica, a clandestina casa de prostituição em Gilead, chamada “Casa de Jezabel”, faz alusão à figura bíblica de “Jezabel”, narrada nos livros dos Reis no Primeiro Testamento. Jezabel, filha do rei Etbaal, era conhecida por sua influência na religião e na política, sendo acusada de idolatria e sedução (2Rs Bíblia Pastoral). O texto bíblico, no diálogo entre Jorão, filho de Jezabel, e Jeú, comandante do exército de Israel durante o conflito na cidade de Ramote de Galaad (ou Gilead), descreve: “Como pode estar tudo bem, se continuam as prostituições de sua mãe Jezabel e as inúmeras magias?” (2Rs 9:22, Bíblia Pastoral). A Casa de Jezabel da Gilead atwoodiana é um sofisticado bordel frequentado pelos líderes do governo, onde o Comandante Fred, um dia, leva Offred. Em determinado momento da história, ambos dialogam ao chegar ao local:

- Pensei que esse tipo de coisa fosse estritamente proibido.
- Bem, oficialmente, é — diz ele. — Mas, afinal, todo mundo é humano. Espero que ele explique isso, mas não o faz, então eu digo:
- O que isso significa?
- Significa que não se pode trapacear com a Natureza — diz ele. — A Natureza exige variedade para homens. É lógico, razoável, faz parte da estratégia de procriação. É o plano da Natureza. — Não digo nada, de modo

que ele prossegue. — As mulheres sabem disso instintivamente. Por que elas compravam tantas roupas diferentes, nos velhos tempos? Para enganar os homens levando-os a pensar que eram várias mulheres diferentes. Uma nova a cada dia.

Ele diz isso como se de fato acreditasse, mas diz muitas coisas assim.

Talvez acredite mesmo, talvez não acredite ou talvez faça ambas as coisas ao mesmo tempo. Impossível saber em que ele acredita.

— Então, agora que não temos roupas diferentes — digo —, vocês apenas têm mulheres diferentes. — Isso é ironia, mas ele não demonstra ter notado.

— Resolve uma porção de problemas — diz, sem sequer pestanejar (Atwood, 2017, p. 281).

O diálogo acima expõe o ponto de vista sexista do regime e do Comandante. A interpretação daquele membro da elite de que as mulheres compravam roupas diferentes para enganar os homens e assim satisfazê-los reproduz estereótipos de gênero, típico de sociedades opressivas. As mulheres que ali viviam eram obrigadas, treinadas e controladas pelo governo a servirem sexualmente aos homens que frequentavam o local. Gilead, portanto, era uma sociedade patriarcal que proibia rigidamente a prostituição e o adultério, condenava seus praticantes à morte, mas mantinha, de forma clandestina, um sistema permissivo para homens ricos, naturalizada na concepção machista de que os homens têm a necessidade de “variedade” de mulheres, uma vez que “A natureza exige variedade para homens”. Assim, a Casa de Jezebel configurava-se como uma casa de prostituição institucionalizada naquela sociedade; a existência de uma casa como a supracitada descortina a hipocrisia social em torno de Gilead e reafirma a desigualdade de gênero.

A constituição da prostituição na sociedade patriarcal gileadeana destaca como estas são exploradas, oprimidas e vistas, além do papel reprodutivo, como “produtos” de satisfação masculina, como também é observado em sociedades reais. Isso não é consequência, como se costumam repetir no senso comum, da prostituição ser a “profissão” mais antiga do mundo. Lerner (2019) critica definições dessa natureza explicando que “Assim defendem alguns especialistas e o senso comum, fazendo a prostituição parecer um subproduto “natural” da formação social humana, que dispensa explicação” (Lerner, 2019, p. 163 – aspas no original).

Desde 1500 a.C., a partir do uso do véu em público até a regulamentação de métodos contraceptivos e do aborto por parte do Estado, o controle sexual das mulheres é uma característica fundamental do poder patriarcal. A regulamentação sexual das mulheres é subjacente à formação de classes e um dos alicerces que sustentam o Estado (Lerner, 2019, p. 182).

“A opressão e a exploração econômicas baseiam-se tanto na transformação da sexualidade feminina em mercadoria quanto na apropriação pelos homens da força de

trabalho das mulheres e de seu poder reprodutivo como aquisição econômica direta de recursos e pessoas” (Lerner, 2019, p. 265). Portanto, a construção histórica do controle e da restrição da sexualidade feminina em contextos de sociedades patriarcais alicerça as estruturas estatais de poder, restritas e moldadas pelo patriarcado. Por fim, abordar a perda dos direitos civis, sociais e econômicos, bem como o controle sexual das mulheres é, essencialmente, também repensar o patriarcado.

1.1 Patriarcado como regime de opressão contra as mulheres

O regime de opressão baseado na dominação masculina, o patriarcado, fruto de uma construção social e histórica, foi moldado ao longo dos séculos sobre a estrutura familiar de toda a sociedade, manifestado individualmente ou socialmente, mas sempre numa perspectiva predominantemente androcêntrica. “Calcula-se que o homem haja estabelecido seu domínio sobre a mulher há cerca de seis milênios” (Saffioti, 1987, p. 47), e foi ao longo desses séculos que este regime corroborou na perpetuação da subjugação das mulheres, da desigualdade, da discriminação, da violência, de estereótipos de gênero, e, em concomitância, reforçou a falsa crença na superioridade masculina.

Perpetuador das desigualdades de gênero e da exploração das mulheres pelos homens, o patriarcado configura-se como uma estrutura social e ideológica que estabelece normas, molda crenças, restringe a liberdade, define padrões estéticos, comportamentos sociais e condutas familiares. Sustenta-se pela convicção de que os homens têm o direito de exercer controle sobre meninas e mulheres nas esferas públicas e familiares. Embora tenha sofrido variações na forma como se manifesta ao longo dos tempos e de acordo com os contextos sociais, culturais e políticos, o patriarcado mantém-se sólido por meio dos estereótipos e da violência de gênero, das desigualdades trabalhistas e salariais entre homens e mulheres, ou mesmo na restrita e limitada participação política das mulheres.

A compreensão da relação entre gênero e patriarcado foi elucidada por Saffioti (2015):

1 – não se trata de uma relação privada, mas civil; 2 – dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, praticamente sem restrição. Haja vista o débito conjugal explícito nos códigos civis inspirados no Código Napoleônico e a ausência sistemática do tipo penal *estupro no interior do casamento* nos códigos penais. Há apenas uma década, e depois de muita luta, as francesas conseguiram capitular este crime no Código Penal, não se tendo conhecimento de se, efetivamente, há denúncias contra maridos que

violentam suas esposas. No Brasil, felizmente, não há especificação do estupro. Neste caso, pode ser qualquer homem, até mesmo o marido, pois o que importa é contrariar a vontade da mulher, mediante o uso de violência ou grave ameaça; 3 – configura um tipo hierárquico de relação, que invade todos os espaços da sociedade; 4 – tem uma base material; 5 – corporifica-se; 6 – representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência (Saffioti, 2015, p. 60 – itálico no original).

A sociedade patriarcal moderna, segundo Engels [1884] (2019), é o produto da evolução da família com a nova concepção das relações de parentesco e do domínio da sexualidade, especificamente a feminina. Ao debater a transição da barbárie à civilização, no tocante ao patriarcado, à propriedade privada e à monogamia, Engels (2019), ao observar a sociedade escravista grega, formulou a hipótese de que a primeira propriedade privada existente foi a do homem sobre a mulher. A esse respeito, ele diz que:

a primeira oposição de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher, na monogamia e que a primeira opressão de classe coincide com a opressão do sexo feminino pelo masculino. A monogamia foi um grande progresso histórico, mas, ao mesmo tempo, inaugura, juntamente com a escravidão e as riquezas privadas, aquele período que dura até nossos dias, no qual cada progresso é simultaneamente um relativo retrocesso e no qual o bem-estar e o desenvolvimento de uns se realizam às custas da dor e da repressão de outros. Ela é a forma celular da sociedade civilizada, na qual já podemos estudar a natureza das oposições e das contradições que atingem seu pleno desenvolvimento nessa sociedade (Engels, 2019, p. 56-57).

A discussão apresentada por Engels (2019) perpassa as bases materialistas ao entender que o homem se apropria, por meio do casamento, do direito de possuir o corpo das mulheres tanto para satisfação sexual quanto para a produção de herdeiros legítimos. À medida que surge a propriedade privada, passa-se a exigir das mulheres, exclusivamente, a monogamia dentro do casamento por conveniência, como garantia de conceber filhos de paternidade indiscutível, que seriam herdeiros das propriedades dos homens. Aos homens, não se exigia monogamia, nem se criminalizava o adultério.

Percebe-se, na história da civilização humana, um domínio social heteronormativo sobre homens e mulheres que, para estas, constitui-se no controle sobre suas vidas. A monogamia estrutura-se em fatores econômicos e não em uma evolução natural da sexualidade ou do amor entre casais. Conseqüentemente, não deixaram de existir as relações extraconjugais entre homens e mulheres solteiras, definidas por Morgan como heterismo, que progressivamente evoluiu para a prostituição (Engels, 2019, p. 57). Assim:

Também nos dois casos, esse matrimônio de conveniência se converte com frequência na mais crassa prostituição, às vezes por parte de ambos os cônjuges, mas muito mais habitualmente por parte da mulher. Esta só se diferencia da prostituta habitual pelo fato de que não aluga seu corpo por hora, como uma assalariada, mas sim porque o vende de uma vez, para sempre, como uma escrava (Engels, 2019, p. 61).

Entende-se, então, que o casamento tratava-se de um acordo econômico ao qual as mulheres, por falta de escolha e de autonomia, sujeitavam-se. A respeito dessas regras matrimoniais socialmente impostas, especialmente na família burguesa, Saffioti (1987) discute o usufruto pelas classes, de um regime de exploração-dominação que cria diferentes padrões de desigualdade entre homens e mulheres:

A regra da fidelidade conjugal, respeitada, em geral, somente por mulheres, e, com frequência, burlada por mulheres da burguesia. Embora isto ocorra em outras classes sociais, há evidência de que esta conduta incide mais nas camadas ricas. Isto não significa que a mulher burguesa não é oprimida pelo homem. Sua infidelidade é, muitas vezes, fruto desta opressão. O que é oportuno entender é o caráter mais frouxo da moral sexual burguesa refletida nos comportamentos da burguesia. Mantidas as aparências de conduta moral "correta", a mulher pode, as escondidas, relacionar-se sexualmente com outros homens (Saffioti, 1987, p. 64 – aspas no original).

“Historicamente, o patriarcado é o mais antigo sistema de dominação-exploração” (Saffioti, 1987, p. 60), sendo o controle da sexualidade das mulheres o cerne de sua opressão, com o intuito maior de garantir a fidelidade da mulher ao homem (Saffioti, 2015, p.51). Com o propósito de mantê-la subjugada, o pacto social de violência do sujeito homem-dominador conserva o patriarcado, despreza os direitos das mulheres, e as agride de forma física, psicológica e sexual, para robustecer a crença de que seus corpos podem ser objetos de controle e dominação masculina. Saffioti (2015), ao mencionar as normas patriarcais que estigmatizam as mulheres - sua reprodução e sua sexualidade -, cita as três formas de mutilações genitais às quais as mulheres eram submetidas na África e na Ásia por razões sociais, culturais ou tradicionais:

Entre as mutilações genitais, há a *cliteridectomia*, que consiste na ablação, no corte, na extirpação do clitóris, órgão que desempenha importante papel na relação sexual, sendo responsável pela maior parte do prazer. A cliteridectomia vem acompanhada, muitas vezes, da ablação dos lábios internos da vulva, o que reduz, ainda mais, o prazer obtido na relação sexual. Finalmente, há outro tipo de mutilação, conhecida como *infibulação*, que consiste na sutura dos lábios maiores da vulva, deixando-se um pequeno orifício para a passagem do sangue menstrual e de outros fluidos. [...] Não

raramente, as três mutilações são realizadas em uma única mulher, ainda na infância, visando, cada uma a seu modo, a diminuir o prazer proporcionado pelo sexo e, ao mesmo tempo, tornar a relação sexual um verdadeiro suplício. Um dos elementos nucleares do *patriarcado* reside exatamente no controle da sexualidade feminina, a fim de assegurar a fidelidade da esposa a seu marido (Saffioti, 2015, p. 51 – itálico no original).

Apesar dos esforços feitos para derrubar esse tipo de prática, infelizmente, a mutilação da genitália feminina ainda existe em alguns países, o que mostra como o regime patriarcal persiste, mesmo com os avanços de políticas públicas.

“Uma visão de mundo feminista permitirá que mulheres e homens libertem a mente do pensamento patriarcal, e também de sua prática, para enfim, constituírem um mundo livre de dominação e hierarquia, um mundo que seja verdadeiramente humano” (Lerner, 2019, p. 280), tal qual,

[...] no momento em que o homem entender que também ele é prejudicado pelas discriminações praticadas contra as mulheres, a supremacia masculina estará ameaçada. E com ela estarão também ameaçados o duplo padrão de moral que alimenta a família burguesa, a própria família, o domínio dos poderosos (Saffioti, 1987, p. 6-7).

A naturalização com a qual este regime se expandiu fez legitimar o controle e a violência dos homens sobre as mulheres, concentrando a sexualidade nos órgãos genitais. O patriarcado é um regime ainda arraigado socialmente, de diferentes formas e em diferentes culturas, sendo necessárias, para combatê-lo, uma gama de transformações nas estruturas políticas, sociais e culturais.

1.2 A violência contra as mulheres e as relações de gênero

— Mas não tolerarei que uma mulher ensine, nem que usurpe a autoridade do homem, apenas que se mantenha em silêncio.
Pois primeiro Deus criou Adão, depois Eva.
E Adão não foi enganado, mas a mulher ao ser enganada cometeu a transgressão (Atwood, 2017, p. 262).

A opressão de gênero contra as mulheres foi se reproduzindo ao longo dos anos, alicerçada pela exploração e dominação patriarcal, que engessa as desigualdades entre homens e mulheres e evidencia a relação de submissão feminina, respaldada no determinismo biológico que (des)caracteriza homens e mulheres.

“A categoria *violência de gênero* foi utilizada pela primeira vez no Brasil por Heleieth Saffioti e Sueli de Almeida Souza, em 1995, no livro *Violência de Gênero - Poder e Impotência*” (Cortês, 2008, p. 28 – itálico nosso), um conceito abrangente por envolver também as crianças e os adolescentes. Já o termo “violência contra mulheres” torna explícito quem sofre a violência e amplia a gama dos envolvidos no ato, incluindo aqueles que não possuem relação próxima com a vítima (CÔRTEZ, 2008). Ou seja, não se restringe apenas aos agressores diretos, envolvendo também os sistemas públicos, por exemplo, quando não amparam nem protegem essas mulheres ou não responsabilizam seus agressores. Saffioti (2013), em sua tese *A mulher na sociedade de classes*, estudou a opressão das mulheres nas sociedades patriarcais, desafiando as análises tradicionais que defendiam as desigualdades entre homens e mulheres. Para tanto, Saffioti (2013), utilizando-se de uma abordagem marxista, pormenoriza a opressão das mulheres na estrutura social, expondo o patriarcado como um regime de dominação masculina.

Há uma dúvida conceitual que perpassa as definições entre gênero e sexo, e, por isso, é necessário abordá-las para desmistificar o senso comum que determina o ser humano em masculino e feminino e limita a identidade de gênero à orientação sexual. Definições engessadas fortalecem a desigualdade entre os sexos, segregam as mulheres à opressão e corroboram para que homens acreditem na crença de sua superioridade, sustentada pelo uso da violência que a legitima. Falar de violência é também falar sobre gênero, já que este é um dos principais motivadores da violência.

O binarismo hierarquizante entre os sexos, categorizados unicamente como gêneros masculino e feminino, foi construído historicamente e fundamentou as desigualdades entre os homens e as mulheres, apesar de ambos, por muito tempo, terem sofrido discriminação e exclusão por questões de classe - ainda que também não de natureza igual. Conservou-se por muito tempo o significado histórico do termo latino *genus*, que denota origem, nascimento, ou seja, algo imutável que nasce com o sujeito (LERNER, 2019). A partir do momento em que as estudiosas feministas das décadas de 1970 problematizaram e tentaram explicar a origem e a permanência da desigualdade entre os sujeitos, além de resistirem à inferioridade feminina perpetuada e vista como natural, o termo “gênero” passou a ser proposto distintamente da dicotomia homem e mulher. “Para a teoria feminista, o desenvolvimento de uma linguagem capaz de representá-las completa ou adequadamente pareceu necessário, a fim de promover a visibilidade política das mulheres” (Butler, 2003, p. 18).

Para Saffioti (1999), a primeira manifestação do conceito de gênero, ainda que sem a utilização explícita do termo, surge com Simone de Beauvoir no clássico livro *O Segundo Sexo* – obra que contribuiu para as reflexões sobre gênero dos movimentos feministas da década de 1960. “Evidentemente, Beauvoir não possuía o arsenal de conceitos e teorias com que contamos na atualidade, mas se dirigiu certeira ao ponto essencial” (Saffioti, 1999, p. 160), ao asseverar que gênero é construído socialmente. A celebrada citação de Beauvoir, “Ninguém nasce mulher, torna-se mulher”, representou a desconstrução social do feminino quando associado apenas aos aspectos biológicos, ainda que a escritora francesa não tenha feito a diferenciação entre sexo e gênero (SAFFIOTI, 1999).

Com base foucaultiana e utilizando de conceitos pós-estruturalistas – por isso também polêmica -, Joan Scott (1995), referência nos estudos de gênero, discutiu gênero como categoria de análise no ano de 1986. A historiadora norte-americana aponta que é necessária “uma rejeição do caráter fixo e permanente da oposição binária, de uma historicização e de uma desconstrução genuínas dos termos da diferença sexual” (Scott, 1995, p.84). Ou seja, são imprescindíveis a desconstrução e a recusa hierárquica do binarismo masculino-feminino, que perpetuou a dominação e a consequente submissão das mulheres aos homens. Scott (1995), ao contrário dos estudos feministas que fizeram uma análise descritiva da categoria “mulheres”, trouxe uma abordagem sobre gênero voltada para como homens e mulheres foram representados pelas sociedades ao longo do percurso histórico.

Sobre o termo “gênero”, usado a princípio em meio às feministas americanas, Scott (1995) explica que:

[...] enfatizava igualmente o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade. Aquelas que estavam preocupadas pelo fato de que a produção de estudos sobre mulheres se centrava nas mulheres de maneira demasiado estreita e separada utilizaram o termo "gênero" para introduzir uma noção relacional em nosso vocabulário analítico. Segundo esta visão, as mulheres e os homens eram definidos em termos recíprocos e não se poderia compreender qualquer um dos sexos por meio de um estudo inteiramente separado (Scott, 1995, p.72 – aspas no original).

O determinismo que subordina as mulheres sob a perspectiva de gênero foi forjado por normas sociais que naturalizaram e definiram papéis sociais distintos para homens e mulheres com base em seu sexo biológico. Essa divisão biológica, para Lerner (2019), quando a autora aborda a história da opressão às mulheres e do patriarcado sob uma perspectiva histórica, aconteceu desde a Pré-História, quando, no Período Neolítico, a divisão biológica tinha uma

razão de ser, sem que houvesse necessariamente uma hierarquização entre homens e mulheres quanto à divisão do trabalho.

[...] podemos presumir que era absolutamente necessário para a sobrevivência do grupo que a maioria das mulheres núbéis dedicasse a vida adulta a engravidar, ter filhos e amamentar. Era esperado que homens e mulheres aceitassem tal necessidade e construíssem crenças, tradições e valores dentro de suas culturas que sustentassem essas práticas essenciais (Lerner, 2019, p. 70).

Estudos antropológicos revelam que, no Período Neolítico, a divisão sexual do trabalho fundamentou-se na sobrevivência de cada tribo, considerando que mulheres e homens tinham condições físicas de participar de caçadas de animais de grande porte. Entretanto, a ausência regular das mulheres nesse tipo de atividade decorria da sobrecarga física imposta pela gestação e amamentação, que durava, em média, dois anos (LERNER, 2019). Foi o que a autora, ao citar Engels, chamou de “divisão ‘primitiva’ de trabalho entre os sexos” (Lerner, 2019, p.48 – aspas no original). Ou seja, havia uma divisão dos papéis de trabalho, mas, distinta da divisão patriarcal vigente na contemporaneidade, na qual as mulheres são vistas como extensão do poder ou propriedade do homem.

Lerner (2019) elucida a criação histórica do patriarcado – formado por homens e mulheres - que demorou 2.500 anos para se consolidar, tendo surgido inicialmente no Estado arcaico, na família patriarcal. A autora afirma que, “o primeiro papel social da mulher definido pelo gênero foi ser trocada em transações de casamento” (Lerner, 2019, p. 263) e, posteriormente, o de esposa substituta, com o dever de satisfazer e oferecer ao homem – este, abastado financeiramente – serviços sexuais e reprodutivos. Citando Lévi-Strauss, a autora esclarece que, ao longo da história, as mulheres foram reificadas a partir de sua sexualidade e capacidade reprodutiva, exercendo um papel de subalternidade que independe de sua classe social.

Entende-se que a explicação de Lerner não pode ser generalizada para todas as sociedades e que o essencialismo biológico permanece como uma determinação a ser investigada com rigor. De tal modo, é fundamental refletir sobre como o papel social das mulheres tem sido determinado pelo gênero, enquanto um processo histórico. A produção e perpetuação das relações de desigualdades entre os sexos, que coopera com a disseminação da violência de gênero sofrida por mulheres, encontrou respaldo no discurso bíblico, sobretudo na perspectiva de análise do Primeiro Testamento. O texto bíblico condena as mulheres desde a suposta criação do Universo, no livro do Gênesis, imputando-lhes o atributo de

manipuladoras por terem supostamente convencido o homem – Adão – a comer do fruto proibido por Deus, sendo então castigados e expulsos do paraíso. Vê-se a seguir o texto bíblico intitulado *A origem do mal*:

Então a mulher viu que a árvore tentava o apetite, era uma delícia para os olhos e desejável para adquirir discernimento. Pegou o fruto e o comeu; depois o deu também ao marido que estava com ela, e também ele comeu.

[...]

Em seguida, eles ouviram Javé Deus passeando no jardim à brisa do dia. Então o homem e a mulher se esconderam da presença de Javé Deus, entre as árvores do jardim. Javé Deus chamou o homem: “Onde está você?” O homem respondeu: “Ouvi teus passos no jardim: tive medo, porque estou nu, e me escondi”. Javé Deus continuou: [...] Por acaso você comeu da árvore da qual eu lhe tinha proibido comer?” O homem respondeu: “A mulher que me deste por companheira deu-me o fruto, e eu comi”.

[...]

Javé Deus disse então para a mulher: “Vou fazê-la sofrer muito em sua gravidez: entre dores, você dará à luz seus filhos; a paixão vai arrastar você para o marido, e ele a dominará”. Javé Deus disse para o homem: “Já que você deu ouvidos à sua mulher e comeu da árvore cujo fruto eu lhe tinha proibido comer, maldita seja a terra por sua causa (Gn 3:6-17, Bíblia Pastoral – aspas no original).

Assim como ocorreu com a primeira mulher bíblica, conforme expresso no livro do Gênesis, em *O conto da aia* (2017), Tia Elizabeth ensinou às Aias que “*com dor terá filhos*” (Atwood, 2017, p. 139 - itálico no original). À Eva, e a todas as mulheres que viriam posteriormente, foi imposto, como castigo, a dominação pelo homem e as dores do parto - constructos culturais que foram sendo reproduzidos ao longo dos séculos e ganharam teor de veracidade:

As metáforas de gênero mais fortes da Bíblia foram as da Mulher, criada a partir da costela do Homem, e de Eva, a sedutora, fazendo com que a humanidade caísse em desgraça. Por mais de dois mil anos, isso é citado como prova da subordinação da mulher como castigo divino. Como tal, tem exercido um poderoso efeito ao definir valores e práticas relativos às relações de gênero. Embora se espere que as interpretações de um composto poético, mítico e folclórico, como o Livro do Gênesis, variem para se ajustar às necessidades do intérprete, deve-se notar que a tradição da interpretação é predominantemente patriarcal e que as diversas interpretações feministas provenientes de mulheres, nos últimos setecentos anos, são feitas contra uma tradição enraizada e teologicamente consagrada, que muito antecede o Cristianismo (Lerner, 2019, p. 227-228).

Na narrativa atwoodiana, referências bíblicas são empregadas para justificar a forma opressiva escolhida pelo regime para instruir as mulheres. As aias, por exemplo, ao se

encontrarem, normalmente durante as compras, cumprimentavam-se (como se observa no diálogo entre Offred e Ofglen) com a frase: “- Bendito seja o fruto - diz ela para mim, a expressão de cumprimento considerada correta entre nós. - Que possa o Senhor abrir - respondo, a resposta também correta” (Atwood, 2017, p. 29). Ambas as expressões, “bendito seja o fruto” e “que possa o Senhor abrir”, remetem a passagens bíblicas. Lê-se em Deuteronômio: “se você obedecer de fato a Javé seu Deus, cuidando de colocar em prática todos os mandamentos que eu hoje lhe ordeno [...] Será *abençoado o fruto do seu ventre* [...]” (Dt 28:1.4, Bíblia Pastoral - itálico nosso); e no livro de Lucas, durante o encontro de Izabel e Maria: “Com um grande grito exclamou: “Você é bendita entre as mulheres, e é bendito o fruto do seu ventre!”” (Lc 1:42, Bíblia Pastoral – aspas no original).

As leis de Deuteronômio visam a uma sociedade em que o acesso à liberdade e à vida depende da obediência dos sujeitos às determinações impostas. “A ideia central de todo o livro é que Israel viverá feliz e próspero na Terra se for fiel à Aliança com Deus; se for infiel terá a desgraça” (Bíblia Pastoral, 1991, p. 193). As leis criadas para Gilead e ensinadas pelas Tias – mulheres que, além de propagar a ideologia daquela república, tinham como função treinar, doutrinar e punir as Aias - seguem essa mesma lógica: as Aias, obedecendo ao que era ensinado, teriam a graça divina de gerar filhos/as; caso desobedecessem, eram torturadas e mortas.

A criação do patriarcado antecede a narrativa bíblica e, quando esta surge, representando e reproduzindo as concepções patriarcais já existentes, reforça a ideia da mulher como objeto e fortalece a relação desigual entre os sexos. Assim como a opressão das mulheres antecede a narrativa bíblica, ela também precede a escravidão, “primeira forma *institucionalizada* de dominância hierárquica” (Lerner, 2019, p. 111 – itálico no original), e ainda colabora para que esta se desenvolva, pois os homens, ao buscarem construir um sistema escravocrata, inspiraram-se na percepção que tinham da opressão das mulheres. Posto isto:

[...] para estender o conceito e transformar os escravizados em escravos, de alguma forma diferentes de seres humanos, os homens já deviam saber que essa classificação funcionaria de fato. Sabemos que constructos mentais costumam vir de algum modelo da realidade e consistem de um novo ordenamento de experiência passada. Essa experiência, disponível aos homens antes da invenção da escravidão, era a subordinação de mulheres do próprio grupo.

A opressão de mulheres precede a escravidão e a torna possível (Lerner, 2019, p. 112).

Durante o processo de escravização, as primeiras pessoas subjugadas foram as mulheres, e o estupro foi utilizado como ferramenta de coerção, tanto para as escravizadas ou prisioneiras quanto para mulheres de outras classes. O estupro, que não representava um interesse real no corpo das mulheres, servia para mostrar o poder dos homens sobre outros homens. A desonra das mulheres estupradas castrava simbolicamente os homens que pertenciam a seu grupo, subjugando-os a tal ponto que eram reduzidos à condição de escravizados (LERNER, 2019):

O processo de desonra podia, no caso das mulheres, ser combinado com o ato derradeiro da dominância masculina: o estupro de prisioneiras. Se uma mulher fosse capturada com os filhos, se sujeitaria a quaisquer condições impostas pelos captores para garantir a sobrevivência deles. Se não tivesse filhos, o estupro ou uso sexual logo a faria engravidar, e a experiência mostraria aos captores que as mulheres suportariam e se adaptariam à escravidão na esperança de salvar os filhos e em algum momento melhorar sua sina (Lerner, 2019, p. 114).

O estupro é uma das expressões da violência baseada no gênero e “é apenas um elemento na complexa estrutura de opressão das mulheres” (Davis, 2017, p. 51). Na sociedade fictícia de Gilead, as mulheres são estupradas e não têm condições de demonstrar resistência a tal ato de violência, devido ao contexto imposto pela nova constituição normativa da sociedade. Nesse quesito, Davis (2017), ao abordar as formas de violência sexual explícita sofrida por mulheres, pondera que o “mito generalizado é que se uma mulher não demonstra resistência, ela está implicitamente pedindo a violação de seu corpo” (Davis, 2017, p. 44). Afinal, não resistir, não lutar fisicamente ou manifestar resistência não significa que as mulheres estejam consentindo o abuso. A falta de resistência pode estar relacionada a razões que envolvem medo, autopreservação, choque psicológico pelo evento traumático ou intimidação de distintas ordens.

A representação do estupro, marcada pelo silenciamento e pela ausência de resistência como forma de autopreservação, encontra eco em outra narrativa: a autobiografia *Teoria King Kong* (2016), da francesa Virgine Despentes. Ambas as narradoras relatam seu próprio estupro e expõe como as mulheres são silenciadas e oprimidas pela dominação masculina. Entretanto, a história de Despentes não é fictícia; trata-se de sua autobiografia, que envolve estupro, prostituição e sexualidade a partir de sua experiência pessoal como mulher violentada. O livro inicia-se especificando a quem sua leitura é dedicada, não sendo surpreendente que a autora tenha escolhido as mulheres - mais especificamente, “[...] as feias, as caminhoneiras, as frígidas, as mal comidas, as incomíveis, as histéricas, as taradas, todas as

excluídas do grande mercado da boa moça” (Despentes, 2016, p. 7). A partir de seu *locus* enunciativo, instanciado em sua geopolítica, Despentes (2016) aborda os estereótipos utilizados para rotular as mulheres.

Sobre seu estupro, Despentes (2016) narra que, no ano de 1986, quando viajava com uma amiga pedindo carona na França, no trajeto entre as cidades de Calais e Paris, três homens que, a princípio, se dispuseram a ajudá-las, acabaram por estuprá-las.

[...] não é um estupro. Como a maioria dos estupros, imagino. Imagino que depois, nenhum desses três caras passou a se considerar um estuprador. Porque isso que eles fizeram, ah, isso é outra coisa. Três caras com uma espingarda contra duas meninas nas quais bateram até sangrar: mas não houve estupro. A prova: se realmente não quiséssemos ser estupradas, teríamos preferido morrer, ou teríamos conseguido matá-los. Do ponto de vista dos agressores (e eles dão um jeito de acreditar nisso), se as vítimas saem do ataque vivas é porque o estupro não as enojou tanto assim (Despentes, 2016, p. 29).

Percebe-se que, mais uma vez, as mulheres são estupradas por homens que se sentem no direito de violentá-las, “porque num estupro você sempre precisa provar que não estava de acordo” (Despentes, 2016, p. 37), sendo ainda socialmente plausível justificar aquilo que é, em essência, injustificável.

A escrita dessa autobiografia significou, para a autora, a oportunidade de elaborar seu trauma enquanto mulher agredida e, até então, silenciada. Despentes (2016) formula sua autonarrativa a partir da dor da violência sofrida e da experiência que teve como prostituta, descrevendo o estupro como “[...] próprio do homem; não a guerra, a caça, o desejo cru, a violência ou a barbárie, mas justamente o estupro, essa coisa da qual – até o momento – as mulheres nunca se apropriaram. A mística masculina é construída como sendo naturalmente perigosa, criminosa, incontrolável por natureza” (Despentes, 2016, p. 42).

Retomando essas reflexões e considerando as contribuições de Angela Davis (2017), cujas análises, embora datadas da década de 1980, permanecem pertinentes e atuais, observa-se que a autora também discute sobre a violência sexual como expressão recorrente do controle patriarcal sobre os corpos das mulheres:

Estupro, intimidação sexual, espancamento, estupro conjugal, abuso sexual de crianças e incesto são algumas das muitas formas de violência sexual explícita sofrida por milhões de mulheres neste país. Quando somos proibidas de exercer nosso direito ao aborto pelas táticas terroristas adotadas por pessoas que se denominam “defensoras do direito à vida”, responsáveis por atentados a clínicas, e pelas ações criminosas do governo, que retira os

subsídios federais ao aborto, vivenciamos a violência direcionada às nossas escolhas reprodutivas e sexualidade. Mulheres pobres, em particular as de minorias étnicas, continuam a ser vítimas da violência cirúrgica da esterilização forçada (Davis, 2017, p. 41 – aspas no original).

Davis (2017) debate o estupro como uma preocupação constante na vida das mulheres, um problema real e sério que precisa ser discutido, principalmente por mulheres. A autora também expõe o racismo institucionalizado, a partir da situação histórica de mulheres e homens negros que foram escravizados nos Estados Unidos.

A terrível onda de estupros da atualidade, que se tornou tão generalizada a ponto de uma em cada três mulheres estadunidenses poder presumir que será estuprada em algum momento de sua vida, reflete de modo assustador a deterioração da condição econômica e social das mulheres. De fato, à medida que a violência racista em contexto nacional cresce – e que a agressão imperialista global se expande –, as mulheres podem supor que, individualmente, os homens estarão mais propensos a cometer atos de violência sexual contra aquelas que os cercam (Davis, 2017, p. 42).

Desse modo, “a completa eliminação da violência sexista dependerá em última análise de nossa habilidade em criar uma nova e revolucionária ordem global, em que toda forma de opressão e violência contra a humanidade seja obliterada” (Davis, 2017, p. 52). Além disso, o estupro em si não deve ser visto como um ato isolado, mas como pertencente a uma estrutura de violência de gênero historicamente alicerçada no patriarcado.

Atwood (2021) explica da seguinte forma:

É por isso que o estupro em massa e o assassinato de mulheres, meninas e crianças sempre foram recursos em guerras genocidas e em outras campanhas destinadas a subjugar e explorar uma população. [...] O controle de mulheres e bebês tem sido uma característica de todos os regimes repressivos do planeta. Napoleão e suas “buchas de canhão,” escravidão e seu comércio humano sempre em renovação – ambos se encaixam aqui. Àqueles que promovem nascimentos forçados, deveria ser perguntado: *Cui bono?* Quem lucra com isso? Às vezes um setor, às vezes outro. Nunca ninguém (Atwood, 2021, p. 379 – aspas e itálico no original).

A violência, portanto, há muito tempo faz parte do controle e da dominação social dos homens sobre as mulheres, perpetuando a desigualdade de gênero. O estupro e a violência obstétrica são alguns dos mecanismos de opressão feminina abordados por Atwood (2017) em *O conto da aia* e são compreendidos, nesta pesquisa, à luz dos debates que envolvem reificação e patriarcado, conforme se discute nos capítulos seguintes.

CAPÍTULO II: *O CONTO DA AIA*: CONTROLE E OPRESSÃO NA LITERATURA

Foi no cenário conflituoso que vivia a Europa da década de 1980 que a escritora Margaret Atwood, em Berlim, escreveu as primeiras páginas da história de vida de mulheres do passado e de outras que ainda existiriam. Trata-se de *O conto da aia* (2017), seu primeiro romance distópico, entre outros que surgiriam dentro de sua extensa gama de publicações, que abarcam também contos, crônicas, poesias e histórias infantis. A autora tem como característica comum em suas publicações a visibilidade conferida às personagens femininas, com proeminência da crítica ao patriarcado.

O livro, objeto desta análise, foi escrito no ano de 1984 e lançado um ano mais tarde, em 1985, época em que, morando na Alemanha Ocidental, isolada pelo Muro de Berlim, a autora pôde viajar por outros países e conhecer histórias que influenciaram a escrita de *O conto da aia* (ATWOOD, 2021). Seu relato assim diz: “Durante minhas visitas a diversos países por trás da Cortina de Ferro – Tchecoslováquia, Alemanha Oriental – eu senti o clima de desconfiança, a sensação de estar sendo vigiada, os silêncios, as mudanças de assunto, as formas evasivas que as pessoas usavam para fornecer informações, e isso influenciou o que eu estava escrevendo” (Atwood, 2021, p. 375).

De nacionalidade canadense, mas vivendo na Europa quando o livro foi escrito, Atwood optou, não por acaso, pela Universidade de Harvard, em Cambridge, no estado de Massachusetts, como cenário dessa distopia. A Universidade, criada pelos puritanos, foi seu local de formação quando decidiu estudar sua ancestralidade e a relação familiar que possuía com as Bruxas de Salém (ATWOOD, 2021). Os muros da Universidade de Harvard compõem parte do ambiente de *O conto da aia* (2017) em cenas nas quais a narradora relata sobre os corpos que ficam pendurados e expostos após serem executados em praça pública. Assim conta Offred: “O que se espera que sintamos por esses corpos é ódio e desdém. Não é isso o que sinto. Esses corpos pendurados no Muro são viajantes do tempo, anacronismos. Vieram para cá do passado” (Atwood, 2017, p. 45).

O conto da aia foi o primeiro livro distópico de Margaret Atwood, o que proporcionou à autora destaque internacional com milhões de cópias vendidas, especialmente após o reconhecimento obtido com o lançamento da série televisiva homônima, produzida e lançada em 2017 pela empresa de televisão Hulu. As gravações da série ocorreram na mesma época em que Donald Trump foi eleito, pelo Partido Republicano, presidente dos Estados Unidos,

com discurso misógino e reacionário que se assemelha, em alguma medida, à distopia atwoodiana.

Apesar de transcorridos quase quarenta anos da publicação da primeira edição, a história central de *O conto da aia* (2017) permanece atual, considerando os retrocessos democráticos testemunhados em governos de extrema direita, tais como o de Trump nos Estados Unidos, e o governo genocida do ex-presidente brasileiro Jair Bolsonaro. Este menosprezou os direitos das mulheres, negou o racismo no Brasil, incitou a homofobia e violou tratados internacionais no que diz respeito aos povos indígenas – vale lembrar a atual crise humanitária dos povos Yanomami -, negou a ciência, negligenciou vida de milhões de brasileiros e brasileiras em pleno cenário de pandemia da Covid-19, entre outras atitudes e comportamentos que marcaram tal (des)governo.

Posto isto, é relevante trazer o excerto de Antonio Candido (2011), quando o autor discorre que:

[...] a literatura corresponde a uma necessidade universal que deve ser satisfeita sob pena de mutilar a personalidade, porque pelo fato de dar forma aos sentimentos e à visão do mundo ela nos organiza, nos liberta do caos e portanto nos humaniza. Negar a fruição da literatura é mutilar a nossa humanidade. Em segundo lugar, a literatura pode ser um instrumento consciente de desmascaramento, pelo fato de focalizar as situações de restrição dos direitos, ou de negação deles, como a miséria, a servidão, mutilação espiritual. Tanto num nível quanto no outro ela tem muito a ver com a luta pelos direitos humanos (Candido, 2011, p. 188).

Após mais de quinze anos do lançamento de *O conto da aia*, Margaret Atwood dá continuidade à história com a publicação, no ano de 2019, do romance *Os Testamentos*. Em ambas as histórias as mulheres são vítimas do poder patriarcal, entretanto, como critério de sobrevivência, algumas são tão tirânicas umas com as outras quanto os homens. Diferentemente do que ocorre em *O conto da aia* (2017), em que a história é contada, em sua maior parte, apenas do ponto de vista das memórias de Offred e de seus registros enquanto estava em Gilead, em *Os Testamentos* (2019) há três narradoras que apresentam como Gilead chegou ao fim.

Atwood (2021) diz que frequentemente é indagada se *O conto da aia* trata-se de um romance feminista. Em resposta, ela diz:

Se você quer dizer um panfleto ideológico em que todas as mulheres são anjos e/ou tão vitimizadas que são incapazes de uma escolha moral, não. Se você quer dizer um romance em que as mulheres são seres humanos - com

toda a variedade de caráter e comportamento que isso implica - e também são interessantes e importantes, e o que acontece com elas é crucial para o tema, a estrutura e o enredo do livro, então sim. Nesse sentido, muitos livros são “feministas”.

Por que “interessantes” e “importantes”? Porque as mulheres são interessantes e importantes na vida real. Elas não são uma ideia adicional da natureza, elas não são meros figurantes no destino humano, todas as sociedades sempre souberam disso. Sem mulheres capazes de parir, as populações humanas desapareceriam (Atwood, 2021, p. 379 – aspas no original).

Conforme resposta da autora, deve-se observar as definições estabelecidas para o que seja ou não um romance “feminista”, uma vez que estereótipos simplistas descaracterizam as personagens. hooks (2019) entende que, a respeito do discurso feminista, a principal dificuldade encontra-se na “[...] nossa incapacidade de chegar a um consenso sobre o que é o feminismo ou de aceitar uma ou mais definições que sirvam de ponto de união. Se não houver definições consensuais, carecemos de uma base sólida sobre a qual possamos construir a teoria ou envolver-nos numa prática relevante” (hooks, 2019, p. 14).

Nesta perspectiva, importam os romances em que as mulheres são apresentadas como seres humanos reais em toda a sua complexidade. De acordo com Atwood (2012), em entrevista ao jornal *The Guardian*,

[...] esse termo não é estritamente preciso. Numa distopia feminista pura e simples, todos os homens teriam maiores direitos do que todas as mulheres. Teria uma estrutura de duas camadas: homens da camada superior e mulheres da camada inferior. Mas Gilead é o tipo habitual de ditadura: em forma de pirâmide, com os poderosos de ambos os sexos no ápice, os homens geralmente superando as mulheres no mesmo nível; em seguida, descendo níveis de poder e *status* com homens e mulheres em cada um, até a base, onde os homens solteiros devem servir nas fileiras antes de serem premiados com uma Econoesposa (Atwood, 2012 – tradução nossa).

É questionável a autora esquivar-se da classificação de *O conto da aia* como distopia feminista, afinal, são notórias a exploração sexual das mulheres, a desigualdade de direitos entre os sexos - mesmo os pertencentes à mesma classe social - e a crítica contundente ao patriarcado. Na parte final da narrativa, durante as *Notas Históricas*, por exemplo, é perceptível que o personagem James Pieixoto não se encontra em grau de igualdade com a professora e presidente do Departamento de Antropologia Caucasiana, Crescent Moon. Durante a palestra, o professor Pieixoto supervaloriza sua posição e profere piadas de cunho sexista e misóginas contra a professora, mesmo ela estando, hierarquicamente no contexto profissional daquela cena, superior a ele.

Saffioti (2001) ressalta que,

Não há, portanto, um modelo feminista; há uma perspectiva feminista que se traduz por diversos modelos. Ignorar as diferentes vertentes do feminismo é grave, pois homogeneiza uma realidade bastante diferenciada. Na medida em que esta diferenciação não é captada, a aproximação do real é infinitamente mais pobre que ele (Saffioti, 2001, p. 129-130).

O enredo da obra em análise, distante dos estereótipos e do senso comum, debate a história de mulheres com toda gama de possibilidades vislumbradas socialmente, composta por fatos que já ocorreram e que ainda são passíveis de existir. São personagens fictícias que expressam o gênero binário e sua correspondente hierarquia, sendo submetidas às normas patriarcais em uma sociedade que oprime e revoga os direitos das mulheres.

2.1 Notas sobre a década de 1980: história, realidade e literatura

Atwood parte de um mundo polarizado pela Guerra Fria, em que, de um lado, estava os Estados Unidos e, do outro, a União Soviética, para escrever à mão as páginas de *O conto da aia*, que posteriormente foram transcritas com uma máquina de teclado alemão (Atwood, 2021). Morando na Alemanha, a canadense produziu uma distopia em uma época em que duas superpotências, divididas pelo capitalismo e pelo socialismo, envolveram-se em uma disputa geopolítica, econômica e ideológica após a Segunda Guerra Mundial. Conforme Eric Hobsbaw (1995), historiador britânico, “O Breve Século XX fora de guerras mundiais, quentes ou frias, feitas por grandes potências e seus aliados em cenários de destruição de massa cada vez mais apocalípticos, culminando no holocausto nuclear das superpotências, felizmente evitado” (Hobsbaw, 1995, p. 538).

O uso de material radioativo, utilizado nesse período para construção de armas nucleares que não chegaram a ser usadas na disputa das superpotências, tornou-se questionável após o acidente de *Three Mile Island*, na Pensilvânia, que, apesar de baixa proporção, liberou radioatividade na atmosfera, o que fez o governo repensar e diminuir o uso dos reatores nucleares (GOLDEMBERG, 2011). Posteriormente à escrita de *O conto da aia*, mas também do mesmo período de uso em grande escala de material radioativo, ocorreu o acidente de Chernobyl na Ucrânia - então parte da União Soviética. Sobre o contexto desse conflito, Goldemberg (2011) ressalta que, “apesar de muito diferente dos reatores usados no

resto do mundo e muito menos protegido [...] mostrou o quão sério pode ser um acidente nuclear” (Goldemberg, p. 9, 2011).

Parte-se deste contexto real para mencionar a narrativa atwoodiana, na qual os Estados Unidos enfrentavam graves problemas ambientais, incluindo a contaminação por resíduos tóxicos. Os espaços afetados — conhecidos como Colônias — serviam como destino para aqueles considerados inúteis pelos líderes de Gilead. Entre eles, estavam as opositoras do regime, as mulheres que não podiam mais ser Aias, as desobedientes, as inférteis, as idosas, além de homens e mulheres que traíam o governo. Assim descreve a personagem Moira:

As outras Colônias, contudo, são piores, há os depósitos de lixo tóxico e a radiação que vaza. Nessas, eles calculam que você tenha três anos no máximo, antes que sua pele se despregue e saia como luvas de borracha. Não se dão ao trabalho de lhe dar muito o que comer, ou de lhe dar trajes de proteção ou coisa nenhuma, é mais barato assim. De qualquer maneira são pessoas de quem eles querem se livrar (Atwood, 2017, p. 295).

O século XX foi um período marcado por desenvolvimento econômico, mudanças sociais e conflitos globais. Durante a redação da obra, Atwood (2021) explica que “o império soviético permanecia firmemente posicionado e só iria desmoronar cinco anos depois. Todo domingo a Força Aérea da Alemanha Oriental ultrapassava a barreira do som para nos lembrar quão perto estavam” (Atwood, 2021, p. 375). Apesar do fim da Guerra Fria, Hobsbaw (1995) aponta que:

[...] acabou quando uma ou ambas superpotências reconheceram o sinistro absurdo da corrida nuclear, e quando uma acreditou na sinceridade do desejo da outra de acabar com a ameaça nuclear. Provavelmente era mais fácil para um líder soviético que para um americano tomar essa iniciativa, porque, ao contrário de Washington, Moscou jamais encarara a Guerra Fria como uma cruzada, talvez porque não precisasse levar em conta uma excitada opinião pública (Hobsbaw, 1995, p. 246).

Em 1984, enquanto Atwood, da Alemanha Ocidental, escrevia uma distopia sobre violência contra as mulheres, a escritora bell hooks, dos Estados Unidos, publicava o livro *Teoria feminista: da margem ao centro*, com questionamentos de base no feminismo negro. Ressalta-se aqui que hooks parte da sua experiência de ter nascido no Sul segregado dos Estados Unidos para discutir, a partir de sua própria experiência, a teoria feminista em conjunto com as relações raciais e de gênero. É desta perspectiva que a autora inicia o livro abordando as questões relativas ao movimento feminista negro, salientando a necessidade de

dar voz às experiências dessas mulheres, já que, por muito tempo, o movimento feminista constituiu-se a partir dos discursos de mulheres brancas, não sendo, portanto, protagonizado também por mulheres que sofrem pela opressão racista. hooks [1984] (2019) defende que a teoria feminista seja de comprometimento coletivo e seja libertadora:

O movimento feminista é importante (quando não é cooptado por forças oportunistas e retrógradas), uma vez que oferece um ponto de encontro ideológico para os sexos, um espaço para crítica, luta e transformação. O movimento feminista pode acabar com esta luta entre sexos. Transforma as relações de tal modo que o distanciamento, a competição e a desumanização que caracterizam a interação humana podem ser substituídos por sentimentos como intimidade, mutualidade e camaradagem (hooks, 2019, p. 27).

É neste contexto de crescente conscientização sobre as questões de gênero, nos Estados Unidos, que Atwood (2017) apresenta em *O conto da aia* recordações de Offred da época em que sua mãe participava de movimentos feministas pela igualdade das mulheres, pelo direito ao aborto e pela luta contra a pornografia. Em uma cena, que faz referência ao movimento de mulheres e suas reivindicações daquele período, Offred assiste a vídeos das décadas de 1970 e 1980 no Centro Vermelho – um local onde as mulheres capturadas eram levadas e submetidas a treinamentos desumanizantes para se tornarem Aias. Durante esse momento, ela visualiza uma faixa da época, quando as mulheres lutavam pela legalização do aborto, com a seguinte inscrição:

LIBERDADE PARA ESCOLHER. QUE TODO BEBÊ SEJA UM BEBÊ QUERIDO. RETOMEMOS NOSSOS CORPOS. VOCÊS ACREDITAM QUE O LUGAR DE UMA MULHER SEJA NA MESA DA COZINHA? Debaixo da última faixa há um desenho de um corpo de mulher, deitada numa mesa, o sangue pingando dela (Atwood, 2017, p. 146 – destaque no original).

Para hooks (2018), a visibilidade que a mídia deu ao movimento contra o aborto deu-se pelo fato de que era um movimento que poderia fragilizar os valores morais da família e da religião: “Focar em injustiça de gênero nessas arenas teria sido um tanto quanto radical para uma mídia de massa que permanece profundamente conservadora e, em sua maioria, antifeminista” (hooks, p. 2018, 50).

Davis (2017) salienta que, por ocasião da *Década das Mulheres* na ONU, no ano de 1985, foi feita uma petição em que almejavam, além do fim da violência sexual e do direito de escolha das mulheres quanto à sexualidade,

[...] garantias econômicas, sociais e jurídicas aos direitos reprodutivos plenos, incluindo o aborto, a proteção contra a esterilização forçada, o acesso à contracepção, à gestação, ao atendimento básico de saúde, aos cuidados pós-parto, a creches e à licença-maternidade remunerada, bem como garantias de emprego e pensão (Davis, 2017, p. 103).

Essas demandas tornaram-se compromissos e metas que influenciaram e fortaleceram os movimentos feministas, pois visavam garantir e proteger os direitos das mulheres. A *Década das Mulheres*, implementada pela ONU entre 1976 e 1985, teve como objetivo promover ações voltadas à igualdade de gênero em nível mundial. Para isso, foi instituída uma agenda direcionada às questões femininas, além da realização de conferências e eventos que abordaram diretamente temas como direitos das mulheres, participação política e reivindicações dos movimentos de mulheres (MARTINS, 2024).

Ademais, no Canadá da década de 1980, com o fortalecimento do movimento feminista, o Código Penal do país passou por mudanças que favoreceram as mulheres, especialmente nas regras processuais consideradas perpetuadoras de preconceitos e nas leis sobre o estupro. Os movimentos feministas pressionaram o governo canadense a fazer mudanças quanto ao financiamento das políticas públicas e na melhoria dos serviços de atendimento às vítimas de violência conjugal e sexual (COLPITTS E JOHNSON, 2013).

Ao apresentar essa relação entre a realidade da década de 1980 e a literatura atwoodiana de *O conto da aia*, percebe-se que é possível realizar uma análise crítica da obra literária a partir de fontes que permitam o conhecimento e o reconhecimento de um determinado momento histórico, que dialoga com o enredo, em uma espécie de amálgama de questões sociais, políticas e culturais. Esse entrecruzar da história e da literatura, que proporciona autenticidade à ficção do texto literário, na perspectiva de Pesavento (1998), é possível a partir do conceito de “representação”.

A representação, pois, enuncia um "outro" distante no espaço e no tempo, estabelecendo uma relação de correspondência entre ser ausente e ser presente que se distancia do mimetismo puro e simples. Ou seja, as representações do mundo social não são o reflexo do real nem a ele se opõem de forma antitética, [...]. Representar, portanto, tem o caráter de anunciar, "pôr-se no lugar de", estabelecendo uma semelhança que permita a identificação e reconhecimento do representante com o representado (Pesavento, 1998, p. 19 – aspas no original).

A literatura pode, em alguma medida, documentar e representar a realidade, mas seu propósito não é comprovar que o dito realmente tenha acontecido, ao contrário, “comporta em si uma explicação do real e traduz uma sensibilidade diante do mundo, recuperada pelo autor”

(Pesavento, 1998, p. 22). Trata-se da maneira pela qual se pode explorar questões humanas, sem se (pre)ocupar com a veracidade dos fatos, como Atwood fez no livro aqui analisado ao debater em distopia o golpe político, o fundamentalismo religioso, o patriarcado e a história de opressão às mulheres. Pesavento define como “erupção do ontem no hoje” (Pesavento, 1998, p. 22) quando a literatura e a história dão voz ao passado. Atwood (2021) revelou que, em 1984, enquanto escrevia o romance, tinha como premissa - que até para ela soava absurda - convencer os/as leitores/as que, de fato, os Estados Unidos haviam se transformado no que a romancista conceituou de “ditadura teocrática”. Ou seja, Atwood, a partir de seu texto literário, aspirou que seus leitores refletissem e reconhecessem o quanto as instituições democráticas podem ser vulneráveis e passíveis de golpes.

Nesse sentido, Pesavento (1998) explica que a intenção do texto literário não reside em provar que o narrado aconteceu concretamente, mas que o texto se dedica a apresentar uma suposta existência. Trata-se do “empenho em, tanto por parte da literatura quanto da história, de compor uma construção do real de forma a torná-la crível, desejável, aceita” (Pesavento, 1998, p. 22).

Enquanto Pesavento (1998) destaca a construção do real pela literatura, Antonio Candido (1999) enfatiza seu poder humanizador, ressaltando como a literatura pode reafirmar a humanidade das pessoas, com uma análise voltada para os aspectos sociais e humanos. Assim, na palestra transformada em artigo *A literatura e a formação do homem*, Candido (1999) afirma que uma das funções da literatura é representar uma realidade social e humana específica.

Muitas correntes estéticas, inclusive as de inspiração marxista, entendem que a literatura é sobretudo uma forma de conhecimento, mais do que uma forma de expressão e uma construção de objetos semiologicamente autônomos. Sabemos que as três coisas são verdadeiras; mas o problema é determinar qual o aspecto dominante e mais característico da produção literária. Sem procurar decidir, limitemo-nos a registrar as três posições e admitir que a obra literária significa um tipo de elaboração das sugestões da personalidade e do mundo que possui autonomia de significado; mas que esta autonomia não a desliga das suas fontes de inspiração no real, nem anula a sua capacidade de atuar sobre ele (Candido, 1999, p. 85-86).

Dessa forma, diferentes correntes estéticas, referindo-se a uma determinada realidade social, possuem perspectivas variadas no que tange ao papel da literatura. Eagleton (1976) expõe que a análise de obras literárias na perspectiva histórica antecede o marxismo, que

buscou a originalidade de sua crítica “não na abordagem histórica, mas na compreensão revolucionária da própria história” (Eagleton, 1976, p. 15).

As obras literárias não são fruto de uma inspiração misteriosa nem explicáveis simplesmente em função da psicologia dos seus autores. São formas de percepção, maneiras determinadas de ver o mundo, e como tal têm relações com a forma dominante de ver o mundo que é a “mentalidade social” ou ideologia de uma época. Essa ideologia é, por sua vez, produto das relações sociais concretas que os homens estabelecem entre si no tempo e lugar determinados; é o modo como essas relações de classe são sentidas, legitimadas e perpetuadas (Eagleton, 1976, p. 15 – aspas no original).

Assim, ao articular literatura, história e crítica social, a análise de *O conto da aia* (2017) evidencia o potencial da narrativa ficcional não apenas para representar e problematizar experiências históricas e sociais concretas, mas também para contribuir significativamente com processos de reflexão crítica e de transformação da realidade.

2.1.1 Polifonia e ideologia em *O Conto da Aia*: A consciência e a realidade social na perspectiva bakhtiniana

Sendo a literatura, para Bakhtin (2006), um produto ideológico - um signo que reflete e refrata a realidade -, as bases de uma teoria marxista da criação ideológica estão relacionadas aos problemas da filosofia da linguagem. O signo ideológico, para o filósofo russo, é um fragmento e reflexo da realidade circundante. Se há signos, há consciência, apropriação de conteúdo ideológico e interação social. O signo ideológico, por excelência, é a palavra, que também é “capaz de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais” (Bakhtin, 2006, p. 40).

A obra literária, na perspectiva bakhtiniana, é uma “superestrutura” que manifesta de forma concreta a linguagem, enquanto a “infraestrutura” corresponde à realidade, ou seja, às condições sociais, culturais e históricas que se apresentam no interior da obra literária. Constitui-se, portanto, uma relação recíproca e complexa entre ambas, um problema cuja essência “[...] naquilo que nos interessa, liga-se à questão de saber como a realidade (a infraestrutura) determina o signo, como o signo reflete e refrata a realidade em transformação” (Bakhtin, 2006, p. 40).

Portanto, a partir desse processo dialético, entende-se que é na narrativa da obra literária - aqui em questão *O conto da aia* como uma superestrutura - que se reflete o real, ou seja, a infraestrutura necessária à compreensão da narrativa atwoodiana da história de mulheres que foram subjugadas e violentadas por um sistema opressor. “Compreender a literatura significa, pois, compreender a totalidade do processo social de que ela faz parte” (Eagleton, 1976, p. 18), sendo importante analisar como a infraestrutura determina o signo ideológico, a partir de uma perspectiva que reflete e refrata a realidade histórica e social de uma época.

Bakhtin (2002) utilizou o termo “polifonia” para descrever o modo particular como Dostoiévski estruturava algumas de suas obras, de tal forma que as ideias dos heróis eram “plenivalentes”, - ou seja, plenas de valor - e possuíam a mesma relevância que a voz do autor, bem como a dos demais heróis (BAKHTIN, 2002, p. 7), sem que houvesse uma ideia concluída. Nos romances polifônicos, os heróis constituem-se pela presença de diversas vozes, ideologias e perspectivas nos discursos, e não por um personagem específico. Ao término da narrativa, nos romances dostoiévskianos, de acordo com Bakhtin (1997), as diversas vozes de ideias dialogadas entre personagens (heróis) e escritor não se encerram; não há um ponto final. Assim, “Em Dostoiévski, temos o estenograma de um debate inacabado e inacabável. Em todo caso, todo romance é repleto de orquestrações dialógicas (sem que sejam, necessariamente, com os heróis). Depois de Dostoiévski, a polifonia invade a literatura universal” (Bakhtin, 1997, p. 340).

Considera-se, dessa forma, que o embate de consciências entre heróis com liberdade ideológica e autor/a se estabelece em um processo de autoconsciência nunca concluído, mas, ao contrário, sempre em evolução, estabelecido pelo princípio dialógico da linguagem. Isso se diferencia do romance monológico, no qual, comumente, a voz do autor/a impera como a única voz dominante sobre a narrativa e os personagens, sem a coexistência de múltiplas vozes independentes (BAKHTIN, 2002). Sobre as peculiaridades do romance polifônico, Bakhtin (2002) explica:

Ao tomarmos conhecimento da vasta literatura sobre Dostoiévski, temos a impressão de tratar-se *não de um autor* e artista, que escrevia romances e novelas, mas toda uma série de discursos filosóficos de *vários* autores e pensadores [...]. Para o pensamento crítico-literário, a obra de Dostoiévski se decompõe em várias teorias filosóficas autônomas mutuamente contraditórias, que são defendidas pelos heróis dostoiévskianos. Entre elas as concepções filosóficas do próprio autor nem de longe figuram em primeiro lugar. Para uns pesquisadores, a voz de Dostoiévski se confunde com a voz desses e daqueles heróis, para outros, é uma síntese peculiar de todas essas

vozes ideológicas, para terceiros, aquela é simplesmente abafada por estas. Polemiza-se com os heróis, aprende-se com os heróis, tenta-se desenvolver suas concepções até fazê-las chegar a um sistema acabado. O herói tem competência ideológica e independência, é interpretado como autor de sua concepção filosófica própria e plena e não como objeto da visão artística final do autor. Para a consciência dos críticos, o valor direto e pleno das palavras do herói desfaz o plano monológico e provoca resposta imediata, como se o herói não fosse objeto da palavra do autor mas veículo de sua própria palavra, dotado de valor e poder plenos (Bakhtin, 2002, p. 3 – itálico no original).

Não existe linguagem que não seja ideológica e dialógica. Na concepção bakhtiniana, os enunciados são dialógicos e ecoam com o presente, o passado e o futuro, com a retomada de vozes alheias ou próprias. Todos os textos, ou todas as linguagens, são perpassados por relações dialógicas, sendo que, “Cada enunciado é um elo da cadeia muito complexa de outros enunciados” (Bakhtin, 1997, p. 291). Dialogismo e polifonia são conceitos desenvolvidos por Bakhtin, sendo que, diferente da polifonia, o dialogismo não carece que haja múltiplas vozes ou ponto de vista discordantes; a questão central mais claramente observada relaciona-se com as ideias e referem-se na interação do discurso e do texto a aspectos distintos. Enquanto o dialogismo está presente em todos os textos, falas ou enunciados, a polifonia é típica do gênero romance - mas não em todos (BAKHTIN, 1997).

Partindo da perspectiva bakhtiniana em torno da obra de Dostoiévski, em *O conto da aia* (2017), Offred, a narradora personagem, constitui-se em sua narrativa e constrói o seu discurso. A autora não diz quem é Offred; é a personagem, em particular, que tece com a sua própria voz a sua passagem pelo mundo de Gilead e, por trás deste mundo, há um existir, uma vez que o que importa não é a realidade do fato narrado, mas sim a denúncia que a personagem e a autora, ambas em igualdade dentro do discurso, trazem à tona questões da vida de mulheres reais: questões existenciais, subjugação, controle, violência, sexualização, objetificação, perda de direitos, resistência e poder. O objeto de interesse não é apenas a realidade de Offred, mas como ela observa essa realidade a partir da sua autoconsciência e do diálogo interdependente promovido entre a autora - que possui consciência do próprio discurso - e as demais personagens.

Trata-se de uma particularidade de princípio e muito importante da percepção da personagem. Enquanto ponto de vista, enquanto concepção de mundo e de si mesma, a personagem requer métodos absolutamente específicos de revelação e caracterização artística. Isto porque o que deve ser revelado e caracterizado não é o ser determinado da personagem, não é a sua imagem rígida mas o resultado definitivo de sua consciência e

autoconsciência, em suma, a última palavra da personagem sobre si mesma e sobre seu mundo (Bakhtin, 2002, p. 46-47).

Offred, assim como os personagens em Dostoiévski, não representa um conjunto de traços sociais e individuais que permitem responder quem ela é.

Nós não vemos quem a personagem é, mas *de que modo* ela toma consciência de si mesma, a nossa visão artística já não se acha diante da realidade da personagem mas diante da função pura de tomada de consciência dessa realidade pela própria personagem (Bakhtin, 2002, p. 48 – itálico no original).

Nos diálogos narrados por Offred, observa-se que cada personagem expressa comportamentos e pontos de vista distintos sobre o que ocorria em Gilead, influenciados pelo papel social que desempenhavam naquele contexto. Esse embate de vozes e consciências frequentemente opunha-se ao que se esperava da consciência de si pretendida para os “prisioneiros” daquela nação. Como resultado, a narradora, em diversos momentos, mantinha reflexões internas dissidentes, compartilhadas apenas com o leitor, exercendo sua liberdade ideológica e discursiva em questionamentos silenciados pelo medo. Um exemplo disso são as conversas secretas entre as Aias enquanto saíam para as compras, desafiando a proibição de interação entre elas.

Dessa forma, Atwood também assume o papel de organizadora das diversas vozes que dialogam em plano de igualdade, pois compreende que essas vozes estabelecem diálogos com outros sujeitos. No encontro com diferentes perspectivas, emerge a formação da autoconsciência.

Na polifonia, a coexistência de múltiplas vozes ideológicas não privilegia uma voz sobre outra nem propõe uma única verdade; assim, nesse embate de vozes, não há uma palavra final vencedora. Bakhtin (2002) observa que “enquanto o homem está vivo, vive pelo fato de ainda não se ter rematado nem dito a sua última palavra” (Bakhtin, 2002, p. 58). Por isso, Dostoiévski não enfatiza a morte, mas a vida, pois é no existir que se manifesta o fluxo de consciência. Isso, no entanto, não significa que os romances polifônicos não tenham um desfecho (BAKHTIN, 2002). A obra encontra seu fim, mas sua inconclusividade permanece nas questões que ficam em aberto, possibilitando ao/à leitor/a diferentes interpretações, como no excerto a seguir:

Quanto ao destino final que teve nossa narradora, ainda permanece obscuro. Terá ela sido levada clandestinamente para fora das fronteiras de Gilead,

para o que então era o Canadá, e terá conseguido dali ir para a Inglaterra? Isso teria sido prudente, uma vez que o Canadá daquele período não desejava antagonizar seu poderoso vizinho, e houve batidas policiais para recolhimento e extradição de refugiadas como ela. Se foi assim, por que não levou sua narrativa gravada consigo? Talvez sua viagem tenha sido repentina; talvez temesse interceptação [...]. Não sabemos (Atwood, 2017, p. 365).

As diversas vozes enunciadas em *O conto da aia* (2017) são representadas pelas memórias e reflexões diversas suscitadas por Offred - na fragmentação da narrativa pelos saltos temporais que imbricam seu presente, passado e possibilidade de futuro -, pelo Comandante ou pelas demais mulheres categorizadas como Marthas, Tias ou Esposas, bem como na própria narrativa secreta de Offred, que silencia a sua voz ao mundo antes de ser encontrada e citada na Conferência narrada no posfácio.

2.2 Literatura distópica: ficção e realidade

Em 1978, durante uma estadia no Afeganistão juntamente com sua família, Margaret Atwood inquietou-se com a cultura local ao experimentar, de forma direta, a restrição da liberdade das mulheres. Em particular, chamou-lhe a atenção a imposição, a algumas mulheres, do uso do chador em espaços públicos, o qual, para a autora, transcendia a função de simples vestimenta, constituindo-se também como um símbolo ambíguo (JADWIN, 2009).

Conforme aponta Jadwin (2009), a partir dessa vivência no Afeganistão, na década de 1980, a escritora passou a catalogar recortes de jornais que documentavam a ascensão política global de movimentos fundamentalistas religiosos. Dentre os fragmentos reunidos, destacavam-se reportagens sobre movimentos nos Estados Unidos que tentavam suprimir a cisão legal entre igreja e Estado.

À luz desse contexto, Atwood (2021) adverte que, ao elaborar *O Conto da Aia*, estabeleceu como princípio não incluir na obra qualquer evento que não tivesse ocorrido na realidade: “não colocaria no livro nenhum evento que já não tivesse acontecido” (Atwood, 2021, p. 376). Dessa forma, consolidou-se a criação da fictícia Gilead.

A história de *O conto da aia* (2017), com enfoque nas relações de poder pessoais e sociais, é ambientada em um panorama ameaçador de um futuro sombrio próximo não identificado, da República de Gilead, quando a democracia é vencida por fundamentalistas religiosos que, a partir de então, coagem as mulheres a serem submissas ao novo regime

instaurado. Conforme a narrativa, Gilead seria a solução dos problemas reais que ocorreram nos Estados Unidos em uma época em que o país estava contaminado por substâncias tóxicas e radiação excessiva que levaria anos para se resolver (Atwood, 2017, p. 136). Argumenta-se no romance que o domínio do território estadunidense pela teonomia cristã deu-se pelo caos que aquela sociedade vivia, como as baixas taxas de fertilidade decorrentes de infecções sexualmente transmissíveis e da poluição. Um cenário, como apresenta Bentivoglio (2019), típico de literaturas distópicas que torna a vida hostil e possui governos que massificam a população.

Para Suvin (2015a), Margaret Atwood destaca-se como uma das mais proeminentes escritoras do gênero distópico nas últimas duas décadas. Após a ampla repercussão obtida por sua obra no ano de 2017, impulsionada pela adaptação televisiva homônima ao livro, Atwood (2021) elucidou que a República de Gilead foi “construída sobre os alicerces das raízes puritanas do século XVII que sempre estiveram nos recônditos da América moderna que pensávamos conhecer” (Atwood, 2021, p. 376). Ao optar pela escrita distópica nessa obra, a autora refletiu sobre sua capacidade persuasiva enquanto escritora, ponderando se seria capaz de convencer seus/as leitores/as de que o golpe sofrido pela democracia estadunidense, de fato, ocorreu (ATWOOD, 2021).

A distopia é considerada pela crítica literária um subgênero da literatura de ficção científica, distinguindo-se da utopia por seu caráter pessimista e relativista. Contudo, ambas as formas narrativas “tendem a testar as fronteiras da realidade, colocando em movimento relações específicas de tempo e espaço, reimaginando o passado, o presente e o futuro” (Bentivoglio, 2019, p. 82). Do ponto de vista literário ou midiático, a distopia permanece “viva e vigorosa onde quer que a esfera e a reflexão públicas ainda têm a chance de não estar confinadas à luta pela sobrevivência imediata” (Suvin, 2015b, p. 457).

Tom Moylan (2016), em alusão ao clássico de Aldous Huxley, *Admirável Mundo Novo* – uma distopia canônica de 1932 -, afirma que a narrativa distópica inicia-se diretamente em um mundo novo e aterrador, povoado por personagens que contestam a própria estrutura da sociedade (Moylan, 2016, p. 81). Para Suvin (2015a):

Esse novo mundo possível se revela atormentado por perigos – focando em contradições internas, mas frequentemente incluindo também uma violência hegemônica contrarrevolucionária externa – que ameaça reinstaurar a estratificação de classe, violência e injustiça; [...] nosso herói/heroína, frequentemente um coletivo multifocal, combate essa ameaça com alguma chance de sucesso (Suvin, 2015a, p. 478).

O autor ressalta que as distopias representam mundos marcados por contradições, conflitos, opressão e controle, cenários plausíveis nos quais personagens desafiam e enfrentam as ameaças na expectativa de soluções aos conflitos; tais características são visíveis em *O conto da aia* (2017). A relevância do estudo dessa obra reside na forma como seu espaço ficcional reproduz a opressão patriarcal, a violência contra mulheres e homossexuais, e diversas formas de discriminação, evidenciando o enfrentamento das minorias sem, contudo, ceder completamente à esperança utópica.

Atwood (2021) certifica-se de que *O conto da aia* não é por inteiro pessimista ou sombrio. A autora aponta, ao longo da narrativa, tanto a possibilidade de fuga da protagonista, mesmo sob constante vigilância, quanto a de uma sociedade futura capaz de refletir criticamente sobre os horrores de Gilead (ROTHSTEIN, 1986). Essa sociedade aparece no capítulo *Notas históricas*, quando o personagem Pieixoto discute as gravações secretas de Offred encontradas em fitas cassetes. O último capítulo do romance ambienta-se abruptamente no ano de 2195, sem revelar ao/a leitor/a como se deu a transição para esse contexto histórico, no qual uma associação acadêmica debate os eventos ocorridos durante o regime de Gilead. Presume-se, assim, que a narrativa insinua um breve momento utópico, representado pelo diário em áudio de Offred — um ato de esperança destinado a um possível leitor ou leitora do futuro, livre para compartilhar suas memórias. Nas últimas páginas, o/a leitor/a compreende que a narrativa trata-se da transcrição dos áudios das fitas cassetes, feita pelos professores Pieixoto e Wade, encontrados em um sítio arqueológico.

As gravações feitas por Offred, que constituem a primeira parte da obra, elucidam uma sociedade distópica, aterradora e cruel, militarizada e fundamentalista, na qual as mulheres eram subjugadas. Já nas primeiras páginas da narrativa, Offred descreve a estrutura dessa nova ordem, em que as mulheres não possuíam direitos, mas apenas normas rígidas, cuja violação acarretava punições severas. Como afirma a personagem: “Olhei para o cigarro com desejo. Para mim, como álcool e café, cigarros eram proibidos” (Atwood, 2017, p. 24).

A literatura distópica tem sido amplamente debatida por estudiosos/as, que a subdividem em distopia clássica e crítica. *O conto da aia* (2017), segundo Moylan (2016), insere-se na categoria de distopia clássica, tanto em sua estrutura quanto em seu tom. Para o autor, “Atwood distende a gama criativa da forma distópica clássica, trabalhando-a em direção de fechamento antiutópico [...]” (Moylan, 2016, p. 108).

Atwood (2021) também classifica sua obra como narrativa testemunhal, embora reconheça que esse não seja um gênero literário consolidado. Literatura distópica é “como um

deslugar inscrito, acentuadamente, num determinado tipo de presente” (Bentivoglio; Cunha; Brito, 2017, p. 8 – itálico no original), enquanto a literatura testemunhal é a manifestação da memória individual, que no estudo em análise, trata-se da vivência de Offred durante o regime de Gilead e de suas lembranças anteriores ao golpe político.

Na narrativa, os sujeitos distópicos são privados do uso da linguagem. Exemplo disso são as Aias, proibidas de ler, escrever ou conversar entre si. Offred relata: “Aprendemos a ler lábios, nossas cabeças deitadas coladas às camas, viradas para o lado, observando a boca umas das outras” (Atwood, 2017, p. 12). Apesar da repressão, as personagens mantêm a comunicação clandestinamente às determinações do governo, e assim “também recuperam a habilidade de se apoiarem em verdades alternativas do passado e “responderem” ao poder hegemônico” (Moylan, 2016, p. 83 – aspas no original).

A propósito, a interação verbal, como vista anteriormente em Bakhtin (2002), compreende a abordagem da linguagem constituída pelas relações dialógicas na medida em que se retomam vozes alheias ou próprias. Nesse sentido, embora houvesse restrições impostas às Aias quanto ao uso da fala e da escrita, a comunicação entre as personagens nunca se extinguiu - fosse por meio da narração interna de Offred, de suas memórias, sussurros ou gestos sutis. Essa multiplicidade de vozes configura o dialogismo bakhtiniano. Em *Marxismo e filosofia da linguagem*, Bakhtin (2006) enuncia que,

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da *interação verbal*, realizada através da *enunciação* ou das *enunciações*. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua. O diálogo, no sentido estrito do termo, não constitui, é claro, senão uma das formas, é verdade que das mais importantes, da interação verbal. Mas pode-se compreender a palavra “diálogo” num sentido amplo, isto é, não apenas como a comunicação em voz alta, de pessoas colocadas face a face, mas toda comunicação verbal, de qualquer tipo que seja (Bakhtin, 2006, p. 125 – itálico e aspas no original).

Ao longo das gravações feitas em fitas cassete, nas quais descreve sua rotina e evoca lembranças de sua família, trabalho, mãe, esposo e filha, Offred mantém diálogo com diversas vozes, expressando o entrelaçamento entre memória, resistência e subjetividade. Assim entendido, é típico de enredos distópicos a reaquisição da comunicação, da memória suprimida e da capacidade de a protagonista reconhecer o mundo e, neste mundo encontrar meios de existência (MOYLAN, 2016).

Nesse sentido, conforme observa Bentivoglio (2019),

Do mesmo modo que as utopias se vinculam à modernidade, penso que as distopias se acentuam na pós-modernidade, pois ressaltam as tendências negativas operantes no presente e as projeta no futuro, que parece ameaçador. Mas, a distopia não está no futuro tampouco em sua abertura, visto ela o negar, refugiando-se em presente quase absoluto. Tal como a história que, embora reivindique para si o passado, é tão somente um presente que dialoga e recria o passado em seus próprios termos, em um artefato literário. A história distópica transfigura o passado e tenta fazer previsões sobre ele. A distopia rompe com a relação supostamente antagônica entre progresso e regresso [...] (Bentivoglio, 2019, p. 99-100).

O termo “distopia”, embora tenha sido usado inicialmente como contrário à utopia, ainda assim, não são necessariamente conceitos antagônicos. A história reconhece que o vocábulo foi utilizado pela primeira vez durante um discurso no Parlamento Britânico no ano de 1868 por Gregg Webber e, posteriormente, por John Stuart Mill, quando se referiam à distopia ainda como antônimo de utopia (Bentivoglio, 2019, p. 95). Entretanto, distopia não seria necessariamente uma “antiutopia”, mas um “deslugar” capaz de situar-se no presente, no passado ou no futuro, como se observa na narrativa de Atwood. Porquanto, considerando a etimologia da palavra, sendo *dis* referente à dualidade, separação, quando não em sentido de negação e, *topos* significando lugar, distopia seria, portanto, um lugar subdividido, desunido, ou seja, “um lugar deslocado, impróprio, fora do lugar” (Bentivoglio, 2019, p. 21).

Outro aspecto relevante é a aproximação da distopia com a realidade. Embora represente uma apropriação crítica do real, ela se opõe ao ideal de progresso, refletindo o pessimismo, o revisionismo, o relativismo e a descrença que marcaram os estudos históricos após a Segunda Guerra Mundial (Bentivoglio, 2019, p. 58). Atwood (2021) reitera que, no ano de 1984, durante a escrita de *O conto da aia*, foi constatado que muito do que ela imputava como história fictícia, por certo havia acontecido, sendo até considerado pela crítica como tratado feminista, mesmo Atwood indo contra este viés. Para a canadense Rothstein (1986), os romances são uma espécie de estudos de poder – um poder que manobra, molda ou desfigura os indivíduos sob sua influência, muitas vezes com resultados imprevisíveis.

Em suma, Margaret Atwood transforma em distopia os elementos típicos de regimes repressivos: assassinato, estupro, e o domínio de mulheres, de bebês, de meninas e de crianças. *O conto da aia* (2017), embora escrito na década de 1980, configura-se como uma distopia moderna, que coteja com a realidade social ao trazer em discurso, dentre outras questões, o cerceamento das liberdades e as opressões como a de gênero.

2.3 Ser mulher em Gilead: “Somos para fins de procriação”?

Na nação de Gilead, as mulheres, a partir de sua capacidade reprodutiva, são subdivididas em: Aias, Marthas, Esposas, Econoesposas, Tias, as mulheres excluídas nas Colônias de lixo tóxico e as que viviam na Casa de Jezebel, conforme se verá a seguir.

A opressão feminina ficcionada em distopia por Atwood (2017), como visto, é narrada, na primeira parte da obra, em primeira pessoa de forma não linear, desenvolvida descontinuamente, marcado por memórias involuntárias de uma época passada. A personagem narradora convida o/a leitor/a a adentrar a narrativa, a fim de conhecer e vivenciar, de maneira atemporal, a nova realidade da vida daquelas mulheres. Trata-se de uma escrita de si, na tentativa intimista de compreender a situação em que se encontra após ter sua vida transformada pelo golpe político sofrido por seu país, os Estados Unidos.

A narradora dialoga com o/a leitor/a, convidando-o/a a partilhar de seu caos distópico, como se observa em trechos como: “[...] continuo com esta história triste e faminta e sórdida, esta história manca e mutilada, porque afinal quero que você a ouça, como ouvirei a sua também se um dia tiver a chance, se encontrar você ou se você escapar, no futuro [...]” (Atwood, 2017, p. 315). Trata-se também do caos vivido por personagens segregadas socialmente e treinadas militarmente para se reinserirem na nova sociedade. São elas: “Alma. Janine. Dolores. Moira. June” (Atwood, 2017, p. 12), todas identificadas por seus nomes verdadeiros, diferente de Offred, cujo nome não é revelado. São essas Aias que possibilitam o debate sobre liberdade, direitos e apropriação das mulheres.

O treinamento das Aias ocorria em um ginásio, configurando uma ação militar, com o objetivo de fazê-las compreender sua nova função de procriadoras: “Somos para fins de procriação: não somos concubinas, garotas gueixas, cortesãs” (Atwood, 2017, p. 165), narra Offred. A nova rotina permitia apenas duas caminhadas diárias ao redor do campo de futebol, sempre vigiadas e patrulhadas pelas Tias, que portavam varas elétricas com pontas de ferro afiadas para tanger gado (ATWOOD, 2017).

A narrativa em questão evidencia como as relações de poder dominaram as mulheres que, quando não descartadas, eram estupradas para a concepção de filhos/as que não lhes pertenceriam. A personagem Offred experimenta a ambiguidade de acreditar que, ao menos, possuía seu corpo e, a partir dele, poderia almejar alguma forma de liberdade. Ela própria reconhece que isso talvez não passasse de um devaneio. Assim é dito: “Se ao menos pudessemos falar com eles. Alguma coisa poderia ser negociada, acreditávamos, algum

acordo feito, alguma permuta, ainda tínhamos nossos corpos. Essa era a nossa fantasia” (Atwood, 2017, p. 12).

O conto da aia (2017) é uma história de mulheres. “A literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas” (Candido, 2011, p. 177). À vista disso, a obra estudada narra vidas vilipendiadas pelo regime opressor do patriarcado, o qual exerce tirania sobre as mulheres mesmo quando não institucionalizado. Na distopia em análise, as mulheres são obrigadas à subalternidade, privadas da liberdade de escolha, da leitura, da escrita e da comunicação. Perdem o nome, a família, o direito de escolher o que vestir e, inclusive, a confiança em outras mulheres.

Enquanto elaboração de memória, a literatura pode transfigurar em ficção a barbárie de ideologias e costumes de regimes de governos opressores, por meio de estratégias literárias capazes de reescrever o passado, o presente e um possível futuro. A implantação da República de Gilead, em detrimento da democracia, representa o controle do patriarcado sobre as mulheres, seus corpos e seus direitos. Como afirma Antonio Candido (2011),

[...] durante muito tempo, acreditou-se que, removidos uns tantos obstáculos, como a ignorância e os sistemas despóticos de governos, as conquistas do progresso seriam canalizadas no rumo imaginado pelos utopistas, porque a instrução, o saber e a técnica levariam necessariamente à felicidade coletiva. No entanto, mesmo onde estes obstáculos foram removidos, a barbárie continuou entre os homens (Candido, 2011, p. 172).

Ao encontro do exposto, Margaret Atwood (2017) traz a lume, em *O conto da aia*, uma sociedade que padeceu com o fim da democracia, em uma época que, em concomitância com a vida real, vivia-se a queda do Muro de Berlin e a conseqüente reunificação da Alemanha. Atwood (2017), ao racionalizar a realidade e suas estruturas sociais e políticas, apresenta ao/à leitor/a as novas mulheres dessa sociedade distópica, na qual se impõe a maternidade forçada e se categoriza as mulheres conforme sua possibilidade de ser fértil. Importa destacar que a maternidade imposta em Gilead ocorria mediante a prática do estupro mensal das mulheres Aias, no período em que, possivelmente, ela encontrava-se fértil.

Nessa nova sociedade, as famílias foram reorganizadas segundo o poder de cada líder familiar e sua participação no golpe antidemocrático. Em cada distrito, havia um Comandante – que, como o próprio nome diz, exercia a chefia de seu distrito. Este possuía em sua casa uma Esposa, uma Martha, e uma Aia - esta última, caso a Esposa fosse infértil. Antes de serem destinadas a uma casa, as Aias eram treinadas para sua nova função e vigiadas pelas

Tias, que as puniam em casos de desobediência às novas ordens sociais. Esse treinamento ocorria no Centro de Reeducação Raquel e Lea, “O Centro Vermelho, como o chamávamos, porque havia tanto vermelho” (Atwood, 2017, p. 118), explica Offred.

A brutalidade psicológica vivida pelas Aias no Centro Vermelho é ilustrada na cena em que Janine — uma Aia — confessa, durante o chamado *Testemunho*, ter sido vítima de estupro coletivo aos quatorze anos. Independente da veracidade do relato, o episódio serve como exemplo do tipo de comportamento que se esperava das Aias: aceitar passivamente qualquer violência futura e internalizar a culpa:

É Janine, contando como foi currada por uma gangue aos catorze anos e fez um aborto. Ela contou a mesma história na semana passada. Parecia quase orgulhosa do ocorrido, enquanto o relatava. É possível que nem sequer seja verdade. Durante o Testemunho é mais seguro inventar coisas do que dizer que você não tem nada a revelar. Mas sendo Janine, é provável que seja mais ou menos verdade.

Mas de quem foi a culpa?, diz Tia Helena, levantando um dedo roliço.

Dela, foi dela, foi dela, foi dela, entoamos em uníssono.

Quem os seduziu? Tia Helena sorri radiante, satisfeita conosco.

Ela seduziu. Ela seduziu. Ela seduziu.

Por que Deus permitiu que uma coisa tão terrível acontecesse? Para lhe ensinar uma *lição*. Para lhe ensinar uma *lição*. Para lhe ensinar uma *lição*.

[...]

Foi minha culpa, diz ela. Foi minha própria culpa. Eu os incitei, os seduzi. Mereci o sofrimento.

Muito bem Janine, diz tia Lydia. Você é um exemplo (Atwood, 2017, pp. 88-89 – itálico no original).

Atwood menciona que as Tias utilizavam de fatos históricos (como a campanha antipornografia do feminismo radical da década de oitenta, em que a pornografia era utilizada como exemplo da violência contra as mulheres) como base para o controle ideológico que exerciam sobre as Aias. Assim, aquela categoria de mulheres, ao demonstrar defender o governo gileadeano doutrinando as Aias, também se protegiam, uma vez que, sendo inférteis, não eram interessantes para o regime (ATWOOD, 2021).

As Tias são descritas como sádicas, oportunistas, controladoras e devotas (ATWOOD, 2021). Como não podiam ser Aias (e não foram enviadas para as Colônias de lixo tóxico, destino das chamadas “Não-mulheres” - lésbicas, inférteis, feministas, ateias), agir assim era uma estratégia de sobrevivência. Afinal, como as Aias, também eram vítimas. Segundo o professor Peixoto: “Como sabiam os arquitetos de Gilead, para instituir um regime fundamentalista eficaz ou, de fato, qualquer sistema, seja lá qual for, é preciso que se ofereça

alguns benefícios e liberdades, pelo menos para uns poucos privilegiados, em troca daqueles que se retiram” (Atwood, 2017, p. 362).

Enquanto os Comandantes administravam seus distritos, as Esposas cuidavam dos jardins com a ajuda de um Guardião. Essa ocupação era percebida como útil. Offred relata que “Muitas das Esposas têm jardins desse tipo, é alguma coisa para organizarem e manter e cuidar, dar as ordens” (Atwood, 2017, p. 21). Quando não conseguiam engravidar, mesmo que a infertilidade fosse do Comandante, eram obrigadas a aceitar a presença de uma Aia em casa e a participar de seu estupro ritualizado. A responsabilidade pela infertilidade, portanto, recaía exclusivamente sobre as mulheres. Como ensinava Tia Lydia, “não é com os maridos que vocês têm que ter cuidado, [...] é com as esposas [...]. Vocês têm que dar conta de que elas são mulheres derrotadas. Não conseguiram” (Atwood, 2017, p. 59).

As Esposas, portanto, não nutriam uma relação amistosa com as Aias; havia entre elas uma rivalidade. Ainda que detestassem sua presença, sabiam que eram necessárias. Offred foi recebida na casa de Serena Joy - também prisioneira de seu papel social -, Esposa do Comandante Fred, a quem Offred passou a pertencer. Assim é narrado:

Sei que você não é ignorante, prosseguiu ela. Então tragou o cigarro e expeliu a fumaça. Li a sua ficha. No que me diz respeito, isto é uma transação comercial, um negócio. Mas se me trazer problemas, darei o troco na mesma moeda, também lhe darei problemas. Está me entendendo? (Atwood, 2017, p.25).

O preceito que justificava a relação aceitável do Comandante com sua Esposa e uma Aia, em um contexto social rígido, é, ironicamente, bíblico. Todos os dias, antes do café da manhã, as Aias e as Esposas eram obrigadas a ouvir a leitura bíblica proferida pelo Comandante: “*Dá-me filhos, ou senão eu morro. Estou eu no lugar de Deus, que te impediu o fruto do teu ventre? E ela lhe disse: Eis aqui a minha serva, Bilha; Entra nela para que tenha filhos sobre os meus joelhos, e eu, assim receba filhos por ela*” (Atwood, 2017, p.109 – itálico no original).

A religião, no estado de Gilead, molda os valores sociais e impõe as regras de conduta às mulheres, legitimando as normas patriarcais segundo as quais os homens, na condição de opressor, têm poder absoluto sobre elas. Conforme Lemos (2013), a religião “apresenta-se como um elemento estruturante do patriarcado, tanto pela sua forma patriarcal de organização formal quanto pela longa construção teológica sobre os lugares do masculino e do feminino nas relações sociais e religiosas” (Lemos, 2013, p. 201).

A despeito ainda da questão das mulheres protagonistas do regime opressor de Gilead, é importante explicar sobre as vestimentas destinadas às diferentes categorias de mulheres, as quais, segundo Atwood (2021), derivam da representação das religiões ocidentais. Durante o Simpósio de Estudos Gileadeanos, foi revelado ao/a leitor/a, a partir das conclusões de Pieixoto, que o personagem Waterford – ao que tudo indica, o Comandante Fred - foi o responsável pela idealização das vestimentas adotadas na república gileadeana. Foi recomendação desse Comandante que “as Aias usassem vermelho, o que ele parece ter tomado emprestado dos uniformes dos prisioneiros de guerra alemães nos campos de prisioneiros de guerra canadenses da época da Segunda Guerra Mundial” (Atwood, 2017, p. 360).

Dentro dessas novas categorias, cada grupo de mulheres usava roupas de cores diferentes. As Aias, como citado, “usam vermelho, do sangue do parto, mas também de Maria Madalena. Além disso, o vermelho é uma cor mais fácil de enxergar em tentativas de fuga” (Atwood, 2021, p.380). Offred descreve: “Tudo, exceto a touca de grandes abas ao redor de minha cabeça, é vermelho: da cor do sangue, que nos define. [...] As toucas brancas também seguem o modelo padronizado; são destinadas a nos impedir de ver e também de sermos vistas” (Atwood, 2017, p. 16). As cabeças das Aias eram sempre cobertas por uma touca branca que não lhes permitia visão periférica. Os trajes, além de se inspirarem nas freiras e na moda da era vitoriana, também remetem ao *Old Dutch Cleanser* da década de 1940 - uma propaganda em que aparecia uma mulher misteriosa com o rosto coberto segurando um bastão; uma imagem de infância que causava medo na escritora (ATWOOD, 2021).

As Esposas, representando a pureza de Maria, a Virgem, vestiam azul; as Marthas, que eram empregadas domésticas, usavam verde desbotado, que remetia a trajes antigos; as Econoesposas - esposas pobres - usavam “vestidos listrados, de vermelho, azul e verde, ordinários e feitos com pouco tecido, que são típicos das mulheres dos homens mais pobres. [...] Essas mulheres não estão divididas segundo funções a desempenhar. Elas têm que fazer tudo; se puderem” (Atwood, 2017, p. 35), diz a narradora. As Tias – encarregadas de manter a ordem – usavam vestimentas que remetiam aos uniformes militares, “[...] com seu vestido de cor cáqui com os bolsos de estilo militar no peito” (Atwood, 2017, p. 143). Por fim, as jezebéis, que eram prostitutas, usavam roupas sensuais, assim descritas por Offred ao conhecer o bordel, evidenciando as contradições do governo:

As mulheres por outro lado são tropicais, estão vestidas com todo tipo de trajes festivos bem coloridos. Algumas usam peças como a minha, com

penas e brilhos, de corte cavado bem alto nas coxas, bem fundo nos decotes. Algumas vestem lingerie de tempos passados, camisolinhas bem curtas, conjuntos de baby-doll, de vez em quando um négligé transparente. Outras estão em trajes de banho, de uma peça ou biquíni; uma, vejo, está usando uma roupinha de crochê, com grandes conchas de vieiras cobrindo-lhe os seios. Algumas vestem shorts de corrida com coletes curtos colantes, outras, malhas de ginástica como as que costumavam mostrar na televisão, justas, coladas ao corpo, com pernas de tricô em tons pastel para aquecimento. Há até mulheres com uniformes de animadoras de torcida, pequenas saias plissadas, letras de tamanho exagerado no peito. Imagino que tenham tido que lançar mão de uma mistura, tudo o que pudessem surrupiar ou recuperar. Todas usam maquiagem, e me dou conta de quanto fiquei desacostumada de ver isso, em mulheres, porque seus olhos me parecem grandes demais, escuros e cintilantes, as bocas vermelhas demais, molhadas demais, mergulhadas em sangue e reluzentes; ou, por outro lado, exageradas demais, grotescas (Atwood, 2017, p. 278-279).

Em Gilead, portanto, as mulheres, independente da categoria a que pertenciam, eram reificadas e apagadas enquanto sujeitos sociais. Foi um regime de apropriação que, para funcionar, dependia das próprias mulheres que oprimia: das Tias, o governo precisava de sua obediência e habilidade em vigiar, punir e castigar; das Aias - únicas possivelmente férteis -, de sua capacidade de gerar descendentes e, assim, manter o regime organizado e contínuo.

No território de Gilead, que proibiu mulheres de ler, escrever, comunicar-se e as via como “[...] úteros de duas pernas, apenas isso [...]” (Atwood, 2017, p. 165), houve também resistência feminina. Trata-se da representatividade da frase em latim encontrada por Offred ao explorar seu quarto na casa do Comandante e que, ao longo da narrativa, foi muitas vezes repetida, tornando-se, para a protagonista, uma espécie de oração, mesmo quando desconhecia seu significado. Assim sucedeu:

Eu me ajoelhei para examinar o piso do armário e lá estava, escrito em letras minúsculas, bem recentes, parecia, riscadas com um alfinete ou talvez apenas uma unha, no canto onde caía a sombra mais escura: *Nolite te bastardes carborundorum*.

Não sabia o que significava e nem sequer em que língua estava escrito. Pensei que talvez fosse latim, mas eu não sabia nada de latim. Apesar disso, era uma mensagem, e a mensagem era por escrito, proibida exatamente por esse fato, e não tinha sido descoberta. Exceto por mim, para quem era destinada. Era destinada a quem quer que viesse a seguir” (Atwood, 2017, pp. 65-66 – itálico no original).

Offred fez desta enunciação uma súplica: “Rezo silenciosamente: *Nolite te bastardes carborundorum*. Não sei o que significa, mas me soa correto, apropriado, e terá que servir, porque não sei mais o que dizer a Deus” (Atwood, 2017, p. 111 – itálico no original). Em conversa íntima e secreta, o Comandante Fred explicou que a frase quer dizer: “Não deixe que

os bastardos esmaguem você” (Atwood, 2017, p. 224). A narradora, a partir de então, encontrou nesse excerto uma forma de resistência ao que vivia, um desejo por dias melhores, um conforto ao saber que outra mulher a encorajava ao deixar esse escrito, sem saber quem seria a próxima a recebê-lo. Era o que Offred podia ler. Uma mensagem de esperança deixada pela Aia anterior a ela, que morou naquele mesmo quarto e, não suportando o que vivia, enforcou-se com lençóis pendurados no lustre que antes existia naquele espaço. Antes disso, porém, escreveu no armário a frase latina, para que sua voz ecoasse, de algum modo, a alguém que a substituiria naquele cômodo.

Por fim, ao que se pode perceber, a narrativa de *O conto da aia*, embora ambientada em um período histórico não determinado, é um recorte histórico e geográfico que dialoga com uma realidade material vivida por Atwood, especialmente nos Estados Unidos. Segundo Jadwin (2009), o tempo em que Atwood passou em Harvard, cursando pós-graduação em Literatura Inglesa, permitiu que a escritora tivesse ciência “do grau em que os Estados Unidos, com sua filosofia ostensiva de liberdade e igualdade têm uma história paradoxal de opressão e imperialismo” (Jadwin, 2009. p. 33 - tradução nossa).

Richard Morris (1987), no jornal *Los Angeles Time*, ao comentar o livronde Ben Wattenberg (*The Birth Dearth: What happens when people in free countries don't have enough babies?*), defendeu a ideia de que deveria ser feito algo para reverter a baixa taxa de fertilidade dos países ocidentais, inclusive dos Estados Unidos. Do contrário, haveria a possibilidade da perda de posição dominante - inclusive militar - dessas nações em relação aos soviéticos e a outros países comunistas. O governo gileadeano, como já exposto, reproduziu rigorosamente esse tipo de concepção.

2.3.1 A violência resistente no posfácio retórico de Atwood: “Não quero estar contando essa história. Não quero contá-la”

É certo que ser mulher em Gilead significa ser reduzida a uma função de serventia, subordinada aos imperativos patriarcais. Não seria diferente, portanto, na narração subsequente à de Offred, que, apesar de não parecer diretamente integrada à trama central, faz parte do livro. Trata-se do posfácio que Atwood (2017) dedicou dezesseis páginas para narrar uma releitura da história de Offred na perspectiva do professor James Pieixoto, que, ao relativizar as atrocidades do regime, torna mais evidentes os muros invisíveis de Gilead.

Nessa seção, não se intenta, claro, protagonizar o personagem Pieixoto, nivelando-o em grau de importância à narradora-protagonista da primeira parte de *O conto da aia*. Trata-se de ponderações elaboradas a partir da palestra misógina do referido professor, que reforça como a desigualdade de gênero preserva e legitima a violência contra as mulheres, tornando-se, portanto, um tema relevante para análise. A palestra acontece inesperadamente, duzentos anos após o colapso de Gilead, na conferência universitária da fictícia cidade de Nunavit.

Atwood (2017), ao longo dos relatos e experiências da Aia Offred, expõe a violência de gênero e aborda os mecanismos sociais de poder e controle impostos às mulheres, permitindo a/o leitor/a refletir a respeito da subjetivação do feminino nas sociedades hierarquizadas. Ao dar continuidade à história, não mais com Offred, mas com as narrações dos palestrantes Maryann Crescent Moon e do já mencionado Pieixoto, pode-se novamente problematizar a “normalizada” violência sofrida por mulheres.

A professora Crescent Moon, que trabalha no Departamento de Antropologia Caucasiana, apesar de ser apresentada como presidente do *Simpósio sobre Estudos Gileadeanos*, tem pouca representatividade no evento. Em sua breve intervenção, a professora esclarece os compromissos diários dos participantes, fornece informações sobre as condições climáticas, faz recomendações sobre o uso de repelentes para a expedição de pesca e divulga os títulos das palestras programadas para os dias subsequentes. Com pouca visibilidade, Crescent Moon tece elogios ao professor Pieixoto e o apresenta aos participantes da Conferência. Isso evidencia a persistente dificuldade histórica das mulheres em ocupar espaços e ter representatividade. A esse respeito, Biroli (2018), ao abordar sobre os direitos das mulheres, o feminismo e a democracia no Brasil, explica que, “No “patriarcado público”, Estado e mercado de trabalho passariam a ser as dimensões em que as coerções se organizam e se institucionalizam. Novas formas de inclusão seriam acompanhadas de formas também renovadas de opressão e controle” (Biroli, 2018, p. 32 – aspas no original).

Além da pouca notoriedade durante o Simpósio, Crescent Moon é também desvalorizada por uma piada machista e de cunho sexual proferida por seu colega Pieixoto. Isso reforça a cultura de violência contra as mulheres e mantém Pieixoto em uma posição de conforto, validada pelo público presente, que parece naturalizar tal comportamento ao rir do comentário. Após agradecer pela apresentação, Pieixoto inicia o seu discurso referindo-se à presidente:

Tenho certeza de que todos nós tivemos grande prazer em apreciar nossa encantadora truta do Ártico ontem à noite no jantar, e agora estamos tendo

grande prazer em apreciar nossa igualmente encantadora presidente do Artico. Emprego aqui a palavra “apreciar” em dois sentidos distintos, excluindo, é claro, o terceiro, obsoleto. (*Risos*) (Atwood, 2017, p. 353 – aspas e itálico no original).

O Simpósio teve como objetivo tornar públicas as transcrições feitas dos relatos de Offred sobre o período em que esteve presa em Gilead. Durante escavações arqueológicas, foram encontradas aproximadamente trinta fitas cassetes, que o professor se recusou a classificar como documento (ATWOOD, 2017). Pieixoto apresenta a palestra intitulada *Problemas de Autenticação com Relação a O conto da aia* e, com sarcasmos e piadas sexistas, questiona a veracidade das narrações de Offred:

Várias possibilidades nos confrontaram. Primeira, as fitas poderiam ser uma falsificação. Como os senhores sabem já foram registrados vários casos de falsificações desse tipo, pelas quais os editores pagaram grandes somas, desejando sem dúvida tirar proveito do sensacionalismo de tais histórias. Parece que certos períodos da história se tornam rapidamente, tanto para outras sociedades quanto para aquelas que as seguem, o material de lendas não especialmente edificantes e a ocasião para muita autocongratulação hipócrita. Aqui, peço licença para fazer um aparte editorial, permitam-me dizer que, em minha opinião *devemos ser cautelosos ao fazer um julgamento moral* sobre a sociedade de [sic] gileadeana (Atwood, 2017, p. 355 – itálico nosso).

Ao sugerir cautela quanto aos julgamentos morais e desaprovar censuras sobre Gilead, Pieixoto minimiza a opressão enfrentada pelas mulheres sob o governo que as sequestrou, justificando que “a sociedade gileadeana estava submetida a grandes pressões de caráter demográfico [...]” (Atwood, 2017, p. 355).

Adiante, observa-se que o professor reforça estereótipos e deprecia a Aia - e, conseqüentemente, as mulheres -, em falas como: “Ela parece ter sido uma mulher instruída, tanto quanto se poderia dizer que fosse instruída qualquer pessoa graduada por uma faculdade norte-americana da época. (*Risos, alguns resmungos*)” (Atwood, 2017, p. 359 – itálico no original). E também em: ““A Rota Clandestina Feminina”, desde então apelidada por alguns de nossos trocistas históricos de “A Rota Clandestina do Sexo Frágil” (*Risos, resmungos.*)” (Atwood, 2017, p. 353 – aspas e itálico no original).

Pieixoto novamente relativiza a crueldade de Gilead quando discute o possível paradeiro de Offred, ao afirmar que as Aias foram “protegidas” enquanto estavam prisioneiras do regime. Assim, ele narra: “[...] talvez ela estivesse dentre aquelas Aias que escaparam que

tiveram dificuldade de se ajustar à vida no mundo exterior, depois da *vida protegida* que tinha levado” (Atwood, 2017, p. 365 – itálico nosso).

Essa breve exposição dos discursos misóginos e sexistas proferidos no Simpósio, que se empenham em pôr em xeque a autenticidade dos relatos de Offred, tem o intuito de ratificar a discussão feita ao longo desta dissertação sobre violência de gênero. Atwood (2017), das trezentas e sessenta e seis páginas de *O conto da aia*, dedica dezesseis ao posfácio que, a princípio, sem um olhar atento e cuidadoso, pode ser entendido como um documento sem muita importância para a narrativa, apenas como análise histórica de tempos idos.

O destino da narradora-protagonista é tão incerto quanto a queda do regime e dos "muros" que isolavam Gilead do resto do mundo. As especulações sobre o que aconteceu com Offred são plenamente compreensíveis, pois a autora não se esforça para documentar isso. A narrativa se encerra com um posfácio revelando que o regime opressor persiste, sob nova forma e com outros nomes, duzentos anos após a queda de Gilead. "Ouvir a voz" de Offred é, talvez, mais crucial do que conhecer seu paradeiro, pois é através dela que a Aia pôde confrontar e desafiar o regime de Gilead. Vê-se a seguir seu último relato:

A camionete está na entrada para carros, as portas duplas permanecem abertas. Os dois, agora um de cada lado, me seguram pelos cotovelos para me ajudar a entrar. Se isto é o meu fim ou um novo começo não tenho nenhum meio de saber: eu me entreguei às mãos de desconhecidos; porque não há outro jeito. E assim eu entro, embarco na escuridão ali dentro; ou então na luz (Atwood, 2017, p. 347).

Atwood (2017) insere dois homens no posfácio – o professor Pieixoto e o professor Wade – que escutam a narrativa de uma mulher e, justamente por ser mulher a narradora, ambos questionam a veracidade do relato. As falas de Pieixoto, validadas pelo comportamento do público que o aplaude e sorri, refletem e refratam os mecanismos de controle social dos homens sobre as mulheres que transcendem os séculos. Offred, ao demonstrar coragem e arriscar-se para gravar a história de Gilead, permanece uma figura de resistência à opressão.

As falas de Pieixoto representam, de maneira explícita, uma forma de violência simbólica – sutil, insensível e invisível – conforme bem elucidado por Bourdieu (2012):

[...] vi na dominação masculina, e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, *violência suave*, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do

desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento (Bourdieu, 2012, p. 7-8 – itálico nosso).

Atwood (2017) demonstra que a violência contra as mulheres em Gilead segue resistente duzentos anos depois, agora disfarçada em falas e ações sexistas. Cabe salientar que, embora nesta pesquisa tenha-se dado foco à violência de gênero, com destaque para o estupro e a violência obstétrica, a discussão do posfácio do livro é igualmente relevante. As páginas finais oferecem uma análise categórica de como as mulheres são vítimas de silenciamento e assédio moral, contribuindo para a perpetuação das diversas formas de violência de gênero.

CAPÍTULO III: PARA ALÉM DOS MUROS VISÍVEIS E INVISÍVEIS DE GILEAD: A REIFICAÇÃO DAS MULHERES AIAS

3.1 “Somos úteros de duas pernas, apenas isso”

Acima de mim, em direção à cabeceira da cama, Serena Joy está posicionada, estendida. Suas pernas estão abertas, deito-me entre elas, minha cabeça sobre sua barriga, seu osso púbico sob a base de meu crânio, suas coxas uma de cada lado de mim. Ela também está completamente vestida.
[...]

Minha saia vermelha é puxada para cima até minha cintura, mas não acima disso. Abaixo dela o Comandante está fodendo. O que ele está fodendo é a parte inferior de meu corpo. Não digo fazendo amor, porque não é o que ele está fazendo. Copular também seria inadequado porque teria como pressuposto duas pessoas e apenas uma está envolvida. Tampouco *estupro* descreve o ato: nada está acontecendo aqui que eu não tenha concordado formalmente em fazer. Não havia muita escolha, mas havia alguma, e isso foi o que escolhi (Atwood, 2017, p. 114-115 – itálico nosso).

O estupro ritualizado das Aias estabeleceu a base da política em Gilead. As mulheres, que por muito tempo utilizaram o cálculo da possível ovulação como estratégia de prevenção à gravidez, naquela sociedade, ao contrário, aplicavam esse cálculo, sob o controle do governo, para aumentar a probabilidade de ter o óvulo fecundado durante as noites do ritual de *Cerimônia*. No excerto acima, Offred narra, com rigor de detalhes, a noite em que um dos membros da elite gileadeana, na presença da Esposa, a estupra com esse propósito. De acordo com as novas leis e seguindo rigorosamente os preceitos bíblicos, as Aias eram estupradas uma vez por mês.

O modo de representação da fala de Offred, ao narrar o seu próprio estupro, dá vazão a um contexto de múltiplas perspectivas de interação e tensão que abarcam o universo ideológico de toda uma época. Offred narra a sua história a partir da sua experiência, do seu ponto de vista e da percepção que tem dos/as demais personagens. Percebe-se que nessa cena, como na maior parte do livro, Atwood (2017) opta por apresentar a voz narrativa de Offred com plenitude de valor, ou seja, autônoma, no que Bakhtin (2002) definiu como “plenivalente” ao analisar a obra de Dostoiévski e classificá-la como pertencente ao gênero do romance polifônico. De acordo com Bakhtin (2002), na concepção de romance polifônico,

A voz do herói sobre si mesmo e o mundo é tão plena como a palavra comum do autor; não está subordinada à imagem objetificada do herói como

uma de suas características, mas tampouco serve de intérprete da voz do autor. Ela possui independência excepcional na estrutura da obra, é como se soasse ao lado da palavra do autor, coadunando-se de modo especial com ela e com as vozes plenivalentes de outros heróis (Bakhtin, 2002, p.5).

Na perspectiva bakhtiniana, Atwood participa da narrativa organizando as vozes, não sendo narradora nem personagem, mas sim alguém que apresenta suas ideologias ou ideias, colocando-se no mesmo plano do/a narrador/a para dialogar com os/as demais personagens, formando um complexo de diferentes vozes. Isso afasta *O conto da aia* da possibilidade do que o estudioso russo caracterizaria como romance monofônico, no qual haveria apenas a consciência do/a autor/a que, do seu ponto de vista, fala sobre o outro.

Na Cerimônia do estupro, as Aias, as Esposas e os Comandantes são diretamente envolvidos na cena, possuindo, cada qual, formas diferentes de compreender o ritual, moldadas a partir do papel social imposto a desempenhar. O denominador comum entre eles é a necessidade de sobreviver a Gilead. Para Offred, apenas a parte inferior do seu corpo está sendo “usada” naquele momento; as demais partes são insignificantes, considerando que o regime interessa por seu útero, “útero de duas pernas”, e para o Comandante também era o que importava.

A despeito disso, Freire (2020) comenta que:

A narração de Offred sobre a penetração proporciona não somente um enunciado constituído, de maneira evidente, por já-ditos e (prê)concepções acerca das palavras grifadas [*fodendo, fazendo amor e estupro*], como também os próprios signos carregam um embate de vozes e permitem um vislumbre dos pensamentos da aia. Assim, há um maior aprofundamento acerca da própria voz de Offred, da entonação que se depreende e da escolha de signos empregados na descrição da penetração não consensual que ocorre todo mês (Freire, 2020, p. 795 – *italico nosso*).

Offred, claramente, nega estar sendo violentada, já que assume que teria sido opcional sujeitar-se àquilo. No entanto, ela sabe quais são as consequências de não se cumprir as ordens dadas, o que torna questionável se ali houve, de fato, uma opção. Enquanto é estuprada, ela devaneia em suas lembranças a doutrinação recebida no Centro Vermelho. As Aias são treinadas a “frutificar e multiplicar”. Offred recorda o que Tia Lydia dizia: “Vocês estão recebendo o que há de melhor [...]. Temos uma guerra em curso, as coisas são racionadas” (Atwood, 2017, p. 109).

A naturalização do caráter criminoso desse ato pode ser notada na nomeação do título dessa seção no romance. O nome *Cerimônia* intenta minimizar a violência que as Aias

sofriam, conferindo um aspecto de que aquela prática representava algo sagrado ou respeitoso, tal qual um ritual religioso. Uma vez que, de acordo com alguns *sites*, o nome “cerimônia” tem origem latina e significa “caráter sagrado, rito reverencial”, observa-se o apagamento simbólico da violência por meio da linguagem.

Na República de Gilead, houve um processo agressivo de assimilação cultural a ponto de o estupro e suas características serem naturalizadas e incorporadas ao ritual “natural” que conduz à maternidade. Por conseguinte, os comportamentos que sustentam tal processo também tem sua valoração negativa apagada – afinal, o discurso religioso, por mais violento que seja, ou por mais violências que justifique, é divino e irrefutável (Freire, 2020, p. 797 – aspas no original).

A narrativa de Pieixoto no posfácio do livro também relativiza essa atrocidade ao alegar que a obrigação das mulheres em engravidar forçosamente foi a maneira pela qual o governo de Gilead reagiu às atrocidades sociais do período, especialmente à baixa natalidade populacional. A seguir, tem-se o discurso de Pieixoto sobre o tema:

Mas qualquer que tenha sido a causa, os efeitos foram visíveis, e o regime de Gilead não foi o único a reagir a eles na época.

[...]

A necessidade do que eu poderia chamar de serviços de reprodução humana já era reconhecida no período pré-Gilead, no qual estava sendo atendida inadequadamente por “inseminação artificial”, “clínicas de fertilidade”, e pelo uso de “mães de aluguel”, que eram contratadas com esse propósito. Gilead tornou ilegais as duas primeiras opções, considerando-as irreligiosas, mas legitimou e executou a terceira, que era considerada como tendo precedentes bíblicos; assim substituíram a poligamia serial, comum no período pré-Gilead, pela forma mais antiga de poligamia simultânea, praticada tanto nos tempos primitivos do Velho Testamento bem como no antigo estado de Utah, no século XIX (Atwood, 2017, p. 358 – aspas no original).

Outro embate de vozes presente na narração do estupro acontece quando Offred, sendo violentada, divaga em seus pensamentos. Ela diz: “Portanto me mantenho deitada imóvel e imagino o dossel que não vejo acima de minha cabeça. Posso me lembrar do conselho da rainha Vitória para sua filha. *Feche os olhos e pense na Inglaterra*”. Mas isto não é a Inglaterra. Eu gostaria que ele se apressasse” (Atwood, 2017, p. 115 – itálico nosso). O que Gilead entendia como ato sexual, diferente do que diz a lenda sobre as mulheres que se casavam no período vitoriano, tratava-se de estupro. Assim como também o foi a relação que Offred e o Comandante tiveram na noite em que se encontraram clandestinamente e foram à casa de Jezebel. A Aia, enquanto o Comandante a tocava durante o ato, sem demonstrar

nenhum interesse ou desejo sexual, manteve-se em inércia, como um “pássaro morto”, subjugada sexualmente e silenciada. Narra Offred:

Ele abaixa uma de minhas alças, desliza a outra mão para dentro em meio às penas, mas não adianta, fico deitada ali como um *pássaro morto*. Ele não é um monstro, penso. Não posso me dar ao luxo de ter orgulho ou aversão, há todo tipo de coisas que têm de ser descartadas, diante das circunstâncias. [...] O problema é que não posso ser, com ele, *em nada diferente da maneira como habitualmente sou com ele. Habitualmente sou inerte*. Com certeza deve haver alguma coisa aqui para nós, além dessa futilidade digna de pena (Atwood, 2017, p. 302-303 – itálico nosso).

Nesse relato, fora do ritual da concepção, a mulher é reificada à condição de objeto que satisfaz sexualmente os desejos de um homem, desta vez de forma clandestina e distante do que pregava aquela sociedade de que dizia exímia. Percebe-se que há, na cena, a sujeição sexual da mulher, numa espécie de obrigação “conjugal”, que mantém os costumes e os valores moldados pelo patriarcado e pelo discurso bíblico – em alguns casos, inclusive, alterados - para justificar as atrocidades do governo, como no caso do estupro institucionalizado. Atwood (2017), implicitamente, tece críticas à fragilidade das democracias quando governos fundamentalistas aproximam-se do poder e revela os diferentes discursos que se entrecruzam e dialogam nas vozes implícitas e explícitas do texto.

As mulheres, nesse romance, são confinadas pela estrutura de poder que impera sobre Gilead, abusadas com violência ou mesmo pela proibição da manifestação de desejos e vontades, como se pode observar na narração de Offred em seu primeiro encontro secreto com o Comandante:

Minha presença aqui é ilegal. É proibido para nós estarmos sozinhas com os Comandantes. [...] presume-se que não há nada de divertido a nosso respeito, nenhum espaço para que luxúrias secretas floresçam é permitido; nem quaisquer favores devem ser obtidos por persuasão, por eles ou por nós, não devem existir quaisquer oportunidades ou atividades que possam dar ensejo a amor (Atwood, 2017, p. 165).

O mesmo ocorre nas ordens proferidas pelo Comandante durante um ritual: ““Que a mulher aprenda em silêncio com toda a sujeição”. Aqui ele lança um olhar para nós. — Toda — repete ele” (Atwood, 2017, p. 262 – aspas no original).

Madeleine Davies (2006), no artigo *Margaret Atwood's Female Bodies*, apesar de não adentrar com maior profundidade na obra que serve de referência para esta pesquisa, aponta a simbologia e a complexidade atwoodiana no que diz respeito ao domínio sobre a autonomia

reprodutiva e a sexualidade feminina, fazendo uma associação de obras de Atwood e o que é explanado em *The Laugh of the Medusa* da francesa Hélène Cixous. Davies (2006) afirma que os escritos de Atwood narram, com consistência, histórias de mulheres fragilizadas pelo poder de opressores que as exploravam, especialmente no que diz respeito às suas vontades reprodutivas e aos seus desejos sexuais. Ela propõe definir os corpos das mulheres apresentados pela autora como:

o espaço no qual o poder político é exercido e o local onde o abuso é praticado e por sua vez ensaiado. [...] Na obra de Atwood, os corpos em ação nunca são lugares neutros, mas sempre articulações ativas de disputas territoriais. [...] Os corpos femininos de Atwood são inevitavelmente corpos codificados que contam a história da experiência do sujeito dentro de uma economia política que busca consumi-los, convertê-los em consumidores por sua vez, reduzi-los, neutralizá-los, silenciá-los e contê-los fisicamente ou metaforicamente” (Davies, 2006, p. 58-59 - tradução nossa).

As mulheres das narrativas atwoodianas possuem corpos “contidos e observados de perto dentro de um patriarcado que considera sua própria existência um ataque [...]” (Davies, 2006, p. 61 - tradução nossa). Vivendo sob um governo misógino, a resistência da personagem Offred é contemplada por meio da narração de sua história, que constantemente retoma fatos passados antes do novo regime imposto em Gilead, nutrindo a ilusão de liberdade a partir da permissividade do uso de seu corpo para fins reprodutivos. As novas leis de Gilead a encarceraram e a silenciaram:

Narradoras de Atwood escrevem suas vidas em termos que chamam a atenção para seus papéis como testemunhas silenciosas ao que está acontecendo. Suas autobiografias parecem emergir como se a tensão da repressão explodiu em uma torrente de palavras reconectando corpo e texto. Todas se sentiram afastadas do mundo das palavras, do discurso masculino, como de seus corpos ao longo de suas vidas, mas elas finalmente quebraram seu silêncio e, ao fazê-lo, elas se mostram subversivas [...] (Davies, 2006, p. 62-63 - tradução nossa).

As mulheres Aias, subjetivadas, têm a sua vida determinada por seus corpos, estabelecendo uma relação de submissão ao regime para preservar suas vidas. Sendo fértil, são estupradas com o objetivo da reprodução de uma prole que não lhes pertenceria. Não sendo fértil, tornam-se reféns da prostituição forçada, do abandono ou da morte. A esses corpos de mulheres reificados não é mais permitido ter emoções, desejos ou afetos, assim como “Excitação sexual e orgasmo não são mais considerados necessários; seriam meramente um sintoma de frivolidade, como ligas rendadas ou pintas falsas: distrações supérfluas para os

volúveis. Fora de moda” (Atwood, 2017, p. 115-116) – conta Offred. Trata-se de um corpo de mulher transformado em mercadoria, subordinado a uma nova ordem social que desfigurou a democracia, sobre a qual ela não exerce controle e contra a qual não pode se rebelar.

O breve capítulo dezesseis de *O conto da aia* (2017), que narra a segunda parte da *Cerimônia* do estupro, não por acaso integra a subdivisão intitulada *Pertences da casa*. De antemão, vale lembrar que a *Cerimônia* é dividida em dois momentos: o primeiro consiste em um ritual no qual é lida, pelo Comandante, a passagem bíblica da história de Raquel e Lea, que justifica o que ocorre em seguida. O segundo momento diz respeito à descrição do ato de estupro, como já abordado, em que, segundo o regime de Gilead, as Aias estariam contribuindo para a sobrevivência da humanidade. Neste capítulo, são descritos os detalhes do que pode ser chamado de “serviços de reprodução humana” (Atwood, 2017, p. 358), nos quais ocorrem as relações sexuais ritualizadas, aqui entendidas como estupros. A Aia é um pertence da casa do Comandante, destinada a servir com seu útero àquela família como instrumento de reprodução do Comandante e de sua Esposa, sem direito de questionar sua nova identidade, bem como a privação de sua liberdade. Assim, Offred narra: “Eu espero que as pessoas pertencentes à casa se reúnam. *Pertences da casa*: isso é o que somos. O Comandante é o chefe, o dono da casa. A casa é o que ele possui. Para possuir e manter sob controle até que a morte nos separe” (Atwood, 2017, p. 99 – itálico no original).

A Esposa do Comandante vivencia o ritual do estupro como se ela mesma estivesse em um ato sexual com o seu esposo: “Serena Joy agarra minhas mãos como se ela, não eu, é quem estivesse sendo fodida, como se ela o achasse prazeroso ou doloroso, e o Comandante fode, com um ritmo regular de marcha de compasso dois por quatro, sem parar, [...]” (Atwood, 2017, p. 115). Serena Joy padece tanto quanto as Aias naquele momento. No entanto, como há a possibilidade de uma fecundação e, na tentativa de preservar o que acredita ser sua dignidade, não deixa que percebam o quanto sofre e chora durante as noites de *Cerimônia*, também oprimida por ser mulher. Offred narra que, nas *Cerimônias* “Serena Joy sempre evitava qualquer coisa que pudesse criar uma aura de romance ou erotismo, por mais ligeira que fosse: as luzes do teto, fortes, a despeito do dossel. Era como estar numa mesa de operação, sob o clarão intenso de luzes; como estar no palco” (Atwood, 2017, p. 192-193).

É irônica a vida de Serena Joy. Quando Offred a conheceu pessoalmente, recordou-se de que Serena, antes da ascensão de Gilead, era uma cantora cristã que também apresentava um programa de televisão no qual defendia os valores tradicionais da família e os deveres das

mulheres no lar. Offred diz: “Era boa oradora, sabia fazê-los. Seus discursos eram sobre a santidade do lar, sobre como as mulheres deveriam ficar em casa. Ela mesma não ficava, em vez disso, Serena Joy fazia discursos, mas apresentava essa sua falha como um sacrifício que estava fazendo pelo bem de todos” (Atwood, 2017, p. 58). Com o golpe político sofrido pelos Estados Unidos, Serena Joy casou-se com o Comandante Fred e, a partir de então, tornou-se submissa às leis do regime que exigia a subalternidade das mulheres e que, em tempos passados, ela mesma também defendia. Offred prossegue: “Ela não faz mais discursos. Tornou-se incapaz de falar. Fica em casa, mas isso não parece lhe fazer bem. Como deve estar furiosa, agora que suas palavras foram levadas a sério” (Atwood, 2017, p. 58).

Ao tornar-se submissa ao novo regime político, Serena Joy passou a ocupar-se com o tricô e com o cuidado do jardim, apesar de viver em uma classe social abastada e de possuir regalias que as Aias não tinham. Entretanto, ela também sofre, a seu modo, com a privação e com as imposições a que deve se submeter durante o estupro das Aias. Em uma noite de *Cerimônia*, Offred narra o sofrimento de Serena:

Serena começou a chorar. Posso ouvi-la, atrás de minhas costas. Não é a primeira vez. Ela sempre faz isso, na noite da Cerimônia. Está tentando não fazer nenhum barulho. Está tentando preservar sua dignidade, diante de todos nós. Os estofados e os tapetes abafam seus sons, mas podemos ouvi-la claramente a despeito disso. A tensão entre sua falta de controle e sua tentativa de reprimi-la é horrível. É como um peido numa igreja. Sinto, como sempre, uma enorme vontade de rir, mas não porque ache que seja engraçado. O cheiro de seu pranto se espalha sobre nós e fingimos ignorá-lo (Atwood, 2017, p. 111).

Considerando que em Gilead, os homens não eram responsabilizados quando uma mulher não engravidava, causou estranheza em Offred quando, em um raro momento de diálogo com Serena, ouviu que havia a possibilidade de infertilidade do comandante: “- Seu tempo está se esgotando - diz ela. Não é uma pergunta, uma afirmação de fato. – Sim - digo em tom neutro. [...] - Talvez ele não possa - diz ela” (Atwood, 2017, p. 243). Em seguida, a Esposa sugere: “- Talvez você devesse tentar de outra maneira. [...] - Foi assim que Ofwarren fez. A esposa sabia, é claro” (Atwood, 2017, p. 243-244). Dito isso, ela sugeriu que Offred mantivesse relação sexual com Nick, o motorista, para tentar engravidar, e, como recompensa, ofereceu uma foto de sua filha.

Percebe-se, portanto, a complexidade que existe na relação entre as mulheres da narrativa de *O conto da aia* (2017). A preocupação de Serena Joy com a não gravidez de Offred sugere, a princípio, certo cuidado com o futuro da Aia, já que, caso não engravidasse,

uma das possibilidades seria o envio para as Colônias de lixo tóxico. Entretanto, sendo ela definida por Offred como “mal-intencionada e vingativa” (Atwood, 2017, p. 194), também pode representar o desejo de preservar os pilares de Gilead e os benefícios que o Comandante receberia ao ter um bebê.

As mulheres, nessa sociedade distópica, ao se tornarem uma Aias, são reduzidas a procriadoras de possíveis crianças que não lhes pertenceriam. Para tanto, além de lhes serem proibidas as relações sexuais ou qualquer envolvimento físico ou emocional com outro homem ou mulher, elas se tornam sujeitas a violência sexual institucionalizada e defendida pelo novo governo, sem autonomia para cuidar de si, de seus corpos e de seus filhos e filhas. Por fim, a narradora profere: “Somos receptáculos, somente as entranhas de nossos corpos é que são consideradas importantes. O exterior pode se tornar duro e enrugado, pouco lhes importa, como a casca de uma noz” (Atwood, 2017, p. 118).

3.2 “A dor da falta”

— Diminuem as luzes — diz Tia Elizabeth. — Digam a ela que está na hora. Alguém se levanta, segue até a parede, a luz do quarto é reduzida a um crepúsculo, nossas vozes minguam, tornam-se um coro de rangidos, de sussurros enrouquecidos, como grilos num campo à noite. Duas saem do quarto, duas outras conduzem Janine ao Banco de Dar à Luz, onde ela senta no mais baixo dos dois assentos. Está mais calma agora, o ar é sugado regularmente para dentro de seus pulmões, nós nos inclinamos para a frente, tensas, os músculos em nossas costas e barrigas doem do esforço. Está vindo, está vindo, como um toque de clarim, um chamado às armas, como um muro caindo, podemos senti-lo como uma pedra pesada se movendo para baixo, puxada para baixo dentro de nós, pensamos que vamos explodir. Apertamos as mãos umas das outras, não estamos mais sozinhas (Atwood, 2017, p. 152-153).

Também dentro da temática fertilidade e processo reprodutivo, assim como o estupro das noites de *Cerimônia*, as mulheres intituladas Aias pelo regime, quando tinham uma gravidez bem-sucedida segundo os moldes impostos, juntamente com outras Aias e Esposas, eram coagidas a sofrer violência - neste caso, violência obstétrica. Na seção VIII, intitulada *Dia do Nascimento*, narra-se brevemente, mas sem perda de detalhes, a configuração que o regime impôs para que as mulheres Aias parissem os filhos e filhas pertencentes à família do seu Comandante. O dia do parto também é um momento em que as Aias devaneiam sobre

uma possível liberdade: “Neste dia podemos fazer qualquer coisa, tudo que quisermos. Reviso a afirmação: dentro de certos limites” (Atwood, 2017, p. 136), disse Offred.

Como proposto por Bakhtin (1997), todos os textos, ou todas as linguagens, são perpassados por relações dialógicas, sendo que “Cada enunciado é um elo da cadeia muito complexa de outros enunciados” (Bakhtin, 1997, p. 291). No parto de Janine, essa relação dialógica é observada na narração de Offred sobre o processo do parto e os sujeitos nele envolvidos. Na cena, o que interessa como ponto de representação são as autoconsciências envolvidas e enunciadas, gerando um momento complexo de poder que reflete e refrata as vozes de Gilead. Offred expõe seus pensamentos em memórias passadas, especialmente dos ensinamentos recebidos enquanto esteve no Centro Vermelho. O poder institucionalizado é expresso por meio das vozes das Tias que comandam o parto, assim como pelos médicos, que se calam - mesmo cumprindo a lei - diante da violência que todas aquelas Aias sofriam em conjunto. Offred, na cena transcrita abaixo, recorda-se, conforme ensinado pelas Tias, de como eram realizados os trabalhos de parto nos tempos que antecederam Gilead:

Costumava ser diferente, eles costumavam estar no controle. Uma pouca vergonha, aquilo, disse Tia Lydia. Vergonhoso. O que ela havia acabado de nos mostrar era um filme, feito em um hospital dos tempos antigos: uma mulher grávida ligada por fios a uma máquina, eletrodos saindo dela em todas as direções de modo que parecia um robô quebrado, um gotejamento de solução intravenosa introduzido em seu braço. Um homem qualquer com uma lanterna olhando para cima entre suas pernas, onde seus pelos haviam sido raspados, uma simples garota depilada, uma bandeja cheia de bisturis esterilizados, todo mundo de máscaras. Uma paciente cooperativa. Houve um tempo em que eles drogavam as mulheres, induziam o trabalho de parto, abriam-lhes cortes, depois as costuravam. Isso não existe mais (Atwood, 2017, p. 139).

Janine, como Aia chamada de Ofwarren, é considerada abençoada por gestar uma criança e, assim, comprovar a sua fertilidade; é ela a gestante do ritual *Dia do Nascimento*. Aias, Esposas e médicos são levados à casa em que será realizado o parto, entretanto, a intervenção médica só era permitida caso fosse estritamente necessária. Offred explica que, quanto aos médicos, “A maior parte do tempo eles só têm permissão de entrar se não houver remédio” (Atwood, p. 139). Indução e anestésicos eram proibidos pelo regime, sujeitando as mulheres, sem o direito de escolha, a um parto não hospitalar, com dor e sofrimento, sem nenhum tipo de sustentação científica, sob a alegação de que isso seria melhor para o bebê, e fazendo cumprir rigorosamente as premissas bíblicas de que as mulheres teriam filhos/as com dor, em punição ao pecado de Eva ao comer o fruto considerado proibido no Jardim do Éden.

Ao negligenciar a vida dos bebês e das parturientes, o regime de Gilead reproduz mais uma forma de violência contra as mulheres - nesse caso, a violência obstétrica -, desrespeitando os direitos das mulheres e provocando sofrimento físico e emocional.

A Esposa à qual a criança pertenceria participa desse momento para experimentar as mesmas sensações da parturiente, como se ambas estivessem simultaneamente parindo o mesmo bebê - vivência esta que ela desejava que fosse apenas sua, como descreve Offred:

A Esposa do Comandante entra apressada, com sua ridícula camisola branca, as pernas magrelas saindo de baixo dela. Duas das Esposas em seus vestidos e véus azuis seguram-na pelos braços, como se precisasse disso; ela tem no rosto um pequeno sorriso forçado, como uma anfitriã numa festa que preferiria não estar dando. Deve saber o que pensamos a seu respeito. Ela sobe rápido no Banco de Dar à Luz, senta-se no assento atrás e acima de Janine, de modo que Janine fica emoldurada por ela: as pernas magras descem pelos dois lados, como os braços de uma cadeira excêntrica. De maneira bastante estranha ela está de meias brancas de algodão, e pantufas, azuis, feitas de material felpudo, como capas de assento de toaletes (Atwood, 2017, p. 153).

Durante o parto, enquanto outras mulheres entoavam cânticos, as Aias que acompanhavam este ritual também vivenciavam – assim como as Esposas - um parto psicológico, com as mesmas sensações e dores da gestante. Na epígrafe que abre essa seção, Offred descreve o momento em que o bebê de Janine (ainda dela) estava prestes a nascer e, por isso, Tia Elizabeth pede que avisem a Esposa. A narradora conta que, no momento final do parto, havia a falsa sensação de que todas as Aias ali presentes também estariam parindo uma criança, como se estivessem em uma batalha de guerra: “muro caindo”, “toque de clarim”, “chamado às armas”. Entretanto, Offred sabia que elas haviam sido treinadas pelas Tias para viver aquele momento:

É trabalho duro, vocês devem se concentrar, identificar-se com seu corpo, dizia Tia Elizabeth. Já começo a sentir dores ligeiras em minha barriga, e meus seios estão pesados. [...]. Há quanto tempo estamos aqui? Estou suando agora, meu vestido debaixo de meus braços está encharcado, sinto o gosto de sal em meu lábio superior, as falsas dores me atacam com força, as outras também as sentem, posso dizer pela maneira como se curvam e balançam devagar de um lado para o outro (Atwood, 2017, p. 151-152).

O parto é narrado com rigor de detalhes por Offred até o nascimento do bebê. É um ritual em que, conforme o fragmento acima, todas as Aias presentes sentem as mesmas dores de Janine. Evidencia-se, assim, a função reprodutiva dessa categoria de mulheres que, como

os nomes e as vestimentas padronizados, possuíam também as mesmas dores e as mesmas experiências: “Ela é como um reflexo de mim mesma, em um espelho do qual estou me afastando” (Atwood, 2017, p. 57), diz Offred ao despedir-se de Ofglen em um determinado dia. Portanto, o livro *O conto da aia* não se trata exclusivamente da história de Offred; todavia, a narradora torna-se um arquétipo de todas as outras mulheres de sua mesma categoria. Não é em vão que, ao término do parto, a narradora diz: “Tia Elizabeth, com o bebê no colo, olha para nós e sorri. Sorrimos também, somos *um único* sorriso” (Atwood, 2017, p. 153 – itálico nosso).

No parto de uma Aia, apesar de só ter intervenção médica apenas quando indispensável, nada havia que se assemelhasse a um parto humanizado -, neste, mãe e bebê são o centro do processo. Cabe aqui, isto posto, apresentar a definição de violência obstétrica, considerando-a como “todos os tipos de agressões sofridas pela parturiente durante o trabalho de parto, pós parto e abortamento. Para muitas mulheres o parto se transforma em um acontecimento doloroso e traumático [...]” (Brandt et al., 2018, p. 19).

A violência obstétrica viola os direitos das mulheres, despreza seus direitos reprodutivos, lesa a sua vida e traumatiza. Em *O conto da aia* (2017), isso sequer era discutido. Pelo contrário, baseado em premissas bíblicas – “Vou fazê-la sofrer muito em sua gravidez: entre dores, você dará à luz seus filhos” (Gn 3,16, Bíblia Pastoral) -, a nova estrutura social formada afetava a integridade física, emocional e psicológica das mulheres. Assim doutrinava Tia Elizabeth: “*Multiplicarei grandemente a tua dor, e a tua concepção; com dor terás filhos*” (Atwood, 2017, p. 139 – itálico no original).

Ao término do parto de Janine, Offred, exausta e expelindo das mamas um líquido semelhante ao leite materno, assim finaliza a narração deste ritual: “[...] agora estamos destituídas de emoção, quase destituídas de sentimento [...]. Sofremos a dor da falta. Cada uma de nós segura no colo um fantasma, um bebê fantasma. O que nos confronta, agora que toda a agitação acabou, é nosso fracasso” (Atwood, 2017, p. 155).

A ideia de fracasso era uma constante na vida de uma Aia, já que ter um filho ou filha não a libertaria. Elas sentiam-se fracassadas ao final do parto, tal qual quando menstruavam após serem estupradas: “A cada mês fico vigilante à espera de sangue, temerosamente, pois quando ele vem, significa fracasso. Falhei mais uma vez em satisfazer as expectativas de outros, que se tornaram as minhas próprias expectativas” (Atwood, 2017, p. 90), diz Offred. São lutas internas vivenciadas por essas mulheres - próprias daquela estrutura de poder opressiva.

A violência obstétrica também atingia os bebês, que se encontravam em situação de vulnerabilidade desde a gestação, quando não se permitia que a mãe realizasse exames de ultrassonografia, como exposto por Offred:

A que Ofwarren dará à luz? Um bebê, como todas esperamos? Ou alguma outra coisa, um Não bebê, com uma cabeça de alfinete ou um focinho como o de um cachorro, ou com dois corpos ou um buraco no coração, ou sem braços, ou com mãos e pés colados como nadadeiras? Não há como saber. Houve um tempo em que eles podiam dizer, com o uso de máquinas, mas isso hoje está banido. De que serviria saber, de qualquer modo? Você não pode mandar tirá-los; seja lá o que for tem que ser levado a termo (Atwood, 2017, p. 136).

Abortos eram proibidos, sujeitos a punições severas, violando mais uma vez a autonomia decisória das mulheres sobre seus próprios corpos. Ao nascerem, as crianças passavam por uma espécie de inspeção e, caso apresentassem alguma má-formação congênita, não recebiam aprovação; eram declaradas como “Não bebês” e abandonados em algum local (Atwood, 2017). A finalidade das crianças para as famílias dos Comandantes consistia tanto em solucionar o problema das baixas taxas de natalidade com crianças que já cresceriam doutrinadas a acreditar na lei gileadeana, como em manter o poder dos Comandantes.

Após o parto, o bebê aprovado era levado para a Esposa, que, a partir de então, seria considerada sua mãe; o Comandante, como prêmio pela paternidade, era promovido a algum cargo dentro da política gileadeana, reforçando os preceitos patriarcais da soberania masculina, sob a justificativa de que um dos objetivos do regime consistia no aumento populacional, dado que viviam em uma época com baixa taxa de natalidade. As Aias conformavam-se com a possibilidade de sobreviver ao regime, não serem enviadas às Colônias de lixo tóxico e não serem declaradas como “Não mulheres”. Isso remete ao que disse o Comandante Fred, em diálogo clandestino com Offred, sobre o regime de Gilead: “Melhor nunca significa melhor para todo mundo, diz ele. Sempre significa pior, para alguns” (Atwood, 2017, p. 251).

3.3 “Tudo o que é silenciado clamará para ser ouvido ainda que silenciosamente”

Por ora, partindo para os desdobramentos finais desta pesquisa, cumpre reiterar que, a partir do que foi estudado e discutido, o patriarcado, como estrutura social e ideológica, historicamente institucionaliza a violência de gênero, perpetuada pela falsa superioridade

masculina que oprime, apropria-se e reifica as mulheres. Com base na abordagem desenvolvida sobre a violência de gênero contra as mulheres, reproduzida a partir das cenas do estupro e do parto em *O conto da aia* (2017), infere-se que o poder político, econômico e social detém o controle e determina as normas e os papéis de comportamento que subordinam e violentam, principalmente, as mulheres. Conforme declarado por hooks (2019), “a violência está intrinsecamente ligada a todos os atos de violência dentro desta sociedade que ocorrem entre os poderosos e os impotentes, os que dominam e os dominados” (hooks, 2019, p. 92).

Como já visto, no que tange à análise de *O conto da aia* (2017), percebe-se que, ao longo do texto, Offred, ao narrar clandestinamente sua história, faz ecoar vozes a partir da sua autoconsciência, de seu ponto de vista, do resgate de suas memórias, de seu presente opressor, de seu passado que antecede Gilead e do seu futuro, talvez inóspito. Atwood, como os/as grandes escritores/as de romances polifônicos, conforme a perspectiva bakhtiniana (1997), participa desse diálogo de vozes com a sua obra e como parte dele. Dessa maneira, valendo-se da distopia, Atwood (2017) tece críticas especialmente à sociedade estadunidense da década de 1980, marcada pela perseguição ao direito sexual e reprodutivo das mulheres.

No que diz respeito à atuação e resistência dos movimentos feministas desse período, nos Estados Unidos, hooks (2018) diz que:

Antes de tudo, o movimento feminista incentivava as mulheres a parar de nos ver e de ver nosso corpo como propriedade do homem. Para exigir ter controle sobre nossa sexualidade, sobre métodos contraceptivos eficientes e direitos reprodutivos, o fim dos estupros e dos abusos sexuais, precisávamos nos unir em solidariedade.

[...]

As ativistas feministas que tornaram essas mudanças possíveis se importavam com o bem-estar de todas as mulheres. Entendíamos que solidariedade política entre mulheres expressa na sororidade vai além de reconhecimento positivo das experiências de mulheres, e também da compaixão compartilhada em casos de sofrimento comum. A sororidade feminista está fundamentada no comprometimento compartilhado de lutar contra a injustiça patriarcal, não importa a forma que a injustiça toma. Solidariedade política entre mulheres sempre enfraquece o sexismo e prepara o caminho para derrubar o patriarcado (hooks, 2018, p. 34-35).

Hooks (2018) destaca que, enquanto muitas mulheres na década de 1980 se afastavam dos movimentos feministas, outras tantas já usufruíam das conquistas logradas graças às intervenções feministas de tempos anteriores. “Hoje, mais do que em qualquer outro momento da história de nossa nação, um grande número de mulheres heterossexuais com mais de 40 anos era e ainda é de solteiras” (hooks, 2018, p. 58) e têm a liberdade de optar ou não por ter

filhos/as. Em diálogo com a narrativa atwoodiana, por meio de suas lembranças, Offred recorda-se de sua mãe, uma militante feminista do período pré-Gilead, que, como exposto por hooks (2018), sobre as mulheres dessa década, pôde ter a liberdade de optar pela gravidez com a idade de trinta e sete anos e estando solteira. Assim, a mãe dela havia contado:

Você foi uma criança que eu quis ter, quis mesmo, de verdade, e, de fato, ouvi realmente um bocado de merda de certas pessoas! Minha amiga mais antiga, Tricia Foreman, me acusou de ser pró-natalista, a cretina. Ciúmes, foi o que achei. Algumas das outras, contudo, foram legais. Mas quando estava grávida de seis meses, uma porção delas começou a me mandar pelo correio aqueles artigos sobre como o índice de bebês com deformações ao nascer subia exponencialmente depois dos trinta e cinco anos. Exatamente o que eu precisava. E coisas sobre como era difícil ser mãe solteira. Fodam-se com essa merda, disse a elas, eu comecei isso e vou acabar. No hospital eles escreveram: “Primípara Velha”, nos meus registros, eu os apanhei no ato. É assim que você é chamada quando dá à luz seu primeiro bebê com mais de trinta anos, mais de trinta, pelo amor de Deus (Atwood, 2017, p. 147 – aspas no original).

Enquanto em Gilead as mulheres eram proibidas de abortar, no final da década de 1960 e início de 1970 as feministas protestaram pela legalização, pois viam muitas mulheres morrerem ao fazer abortos ilegais e sendo obrigadas a casar-se em razão de uma gravidez não desejada. Biroli (2018) afirma que “O direito ao aborto é um eixo central na autonomia das mulheres. Sem o direito a controlar sua capacidade reprodutiva, a autonomia na definição de sua trajetória de vida fica fundamentalmente comprometida” (Biroli, 2018, p. 135).

Para que a ininterrupta batalha feminista contra a violência direcionada às mulheres continue avançando, é crucial que essa luta seja reconhecida como parte constituinte de um movimento maior em prol do fim da violência (hooks, 2018). A opressão dos homens sobre as mulheres, que também é a opressão do modo de produção capitalista, reifica o corpo feminino desde o fim da Idade Média. Reificação, na perspectiva marxista, é entendida como as relações sociais são mediadas pela mercadoria, que é subjetivada, enquanto os seres sociais são objetivados. O *Dicionário do Pensamento Marxista* define reificação como a forma na qual os seres sociais passam a se comportar não mais como humanos, mas como coisas (Bottomore, 2012).

No romance atwoodiano em análise, há a anulação do sujeito-mulher quando esta é transformada em Aia pelos novos padrões definidos naquela sociedade. Nessa distopia, o corpo é sujeitado ao estupro, sem a possibilidade de contestação, já que esta poderia ter como consequência a tortura ou a morte.

No que diz respeito à estranheza em relação aos próprios corpos, isso demonstra a posição de sujeito-objeto imposta às mulheres a partir da instauração do novo governo gileadeano e refrata como as estruturas patriarcais, por séculos, limitam, reificam e controlam o corpo feminino, sobretudo quando há retrocessos democráticos.

Minha nudez já é estranha para mim. Meu corpo parece fora de época. Será que realmente usei trajes de banho, na praia? Usei, sem pensar, entre homens, sem me importar que minhas pernas, meus braços, minhas coxas e costas estivessem à mostra, pudessem ser vistas. *Vergonhoso, impudico*. Evito olhar para baixo, para meu corpo, não tanto porque seja vergonhoso ou impudico mas porque não quero vê-lo. Não quero olhar para alguma coisa que me determine tão completamente (Atwood, 2017, p. 78 – itálico no original).

O essencial nas vozes - verbais ou não verbais - de Offred como narradora-personagem reside nos ecos que a narrativa proporciona, a despeito das contradições dos contextos de violência enfrentados por mulheres, mesmo quando são silenciadas. O discurso formulado pela Aia não se restringe ao que Atwood criou para a personagem; ao contrário, expressa a consciência de si, do mundo e do outro.

Sem mais, “Tudo o que é silenciado clamará para ser ouvido ainda que silenciosamente” (Atwood, 2017, p. 183).

CONSIDERAÇÕES FINAIS ÀS DEUSAS DA HISTÓRIA

A presente pesquisa teve como objetivo analisar a violência sofrida pela categoria de mulheres Aias, sobretudo nas cenas do estupro - da Cerimônia de Concepção - e a violência obstétrica - do Dia do Nascimento. Compreendo que a dominação masculina e o patriarcado perpetuam a violência de gênero contra as mulheres, que se manifesta sob as mais variadas formas. Antes de mais, peço licença ao/a leitor/a para, aqui, falar em 1ª pessoa, ao final deste trabalho, em razão das inquietações suscitadas por um tema de pesquisa que me atravessa enquanto mulher sujeita à violência.

Na distopia em análise, a autora evidencia que a violência contra as mulheres é contínua e, por vezes, institucionalizada, assim como na vida real. À vista disto, ousou afirmar que os desdobramentos finais desta pesquisa, novamente utilizando o mito grego como metáfora, adentraram o labirinto gileadeano, conservado e operante no livro, como se observa no posfácio na figura do professor James Pieixoto, bem como na experiência concreta da sociedade patriarcal que também reproduz os princípios ideológicos de Gilead.

O posfácio, após a descontinuação abrupta da narrativa, surpreende o/a leitor/a com a mudança de contexto histórico e com a transição do relato em primeira pessoa da protagonista para o discurso impessoal e analítico dos professores, inclusive com a possibilidade de que a narração de Offred seja um relato histórico sem comprovação de veracidade.

Nota-se que o ceticismo declarado de Pieixoto ante as narrações de Offred constitui uma forma violenta pela qual o historiador retira da narradora a autoridade em contar, com sua própria voz, a sua história. Ironicamente, ele declara que “devemos ser gratos por quaisquer migalhas que a *Deusa da História* tenha se dignado a nos conceder” (Atwood, 2017, p. 364 – itálico nosso). Pieixoto é, portanto, a personificação dos paradigmas patriarcais que silenciam e anulam as vivências das mulheres.

Negar a verdade histórica de Offred não apenas (re)produz as injustiças e as políticas opressoras, mas também impede os avanços na luta por justiça social. A tentativa de silenciamento da voz da narradora emerge como um mecanismo literário que aponta para a manutenção da violência de gênero e o apagamento da experiência feminina na história da sociedade distópica de Gilead. A autora utiliza Offred e seu fluxo de consciência como recursos que permitem ao leitor e à leitora imergirem na subjetividade da protagonista, evidenciando a complexidade de seus pensamentos e memórias fragmentadas.

Assim, *O conto da aia* (2017) insere-se no campo da polifonia literária, conforme conceituado por Mikhail Bakhtin. A pluralidade de vozes presente ao longo da narrativa amplia a compreensão da realidade das mulheres submetidas e violentadas no regime de Gilead, ao mesmo tempo em que denuncia a opressão sistemática legitimada por estruturas políticas e patriarcais. Dessa forma, este romance constitui-se como um espaço de resistência, pois desafia os discursos hegemônicos na narrativa literária dominada pela autoridade masculina. A literatura, ao adotar a polifonia como ferramenta estética e política, torna-se um meio fundamental para demonstrar seu papel na contestação das violências de gênero e na promoção de justiça social.

A fictícia, porém plausível, violência sexual e obstétrica à qual as Aias foram submetidas são temas dignos e urgentes de discussões, que não devem se encerrar até que tais práticas sejam erradicadas. Diversas mulheres, como as Aias - também *Deusas da História* - seguem diariamente, longe do mundo distópico, sofrendo algum tipo de violência que vem alicerçada no patriarcado atuante, na discriminação e na desigualdade de gênero.

Estudos dessa natureza contribuem para compreender como se formam as estruturas que ainda legitimam o uso da violência contra as mulheres. Distanciando-se das questões históricas que envolvem os Estados Unidos e a Alemanha da década de 1980, referenciados anteriormente, e voltando-se ao contexto brasileiro - não menos importante, por ser a realidade mais próxima que cerca esta pesquisa - os dados demonstram que os índices estatísticos de morte, lesões corporais, exploração sexual, danos psicológicos, materiais e patrimoniais contra as mulheres seguem consideráveis.

Embora tenha sido sancionada em 2006, a Lei 11.340 - a Lei Maria da Penha, que doutrina sobre os direitos das mulheres e da igualdade de gênero -, e em 2015, a Lei 13.104, que altera o artigo 140 do Código Penal Brasileiro e qualifica o crime de feminicídio como crime hediondo, os números ainda são alarmantes.

A despeito de todos os avanços na visibilidade que o tema adquiriu nos últimos anos e do enfrentamento jurídico mais rígido no combate a esse tipo de violência - sendo o feminicídio o ápice dos episódios -, o cenário brasileiro apresenta um recuo baixo no número de registros de vítimas no ano de 2021 por feminicídio. De acordo com os dados apresentados no Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), durante a temporada de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres, foram divulgados os dados recentes do Brasil referentes ao primeiro semestre do ano de 2022, relativos a feminicídios, estupros e estupros de vulneráveis. Comparando esses dados aos dos primeiros semestres dos quatro anos anteriores,

houve um aumento de 3,2% no número de mortes em relação ao primeiro semestre de 2021 (FBSP, 2022a).

No tocante à violência letal e sexual contra mulheres, no recente período pandêmico, os dados obtidos para o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2022 dimensionam o panorama atual, não considerando a violência psicológica e moral, fator que possivelmente tornaria os resultados ainda mais preocupantes. Os dados coletados a partir de registros da Polícia Civil em âmbito nacional, para os levantamentos periódicos desenvolvidos pelo FBSP, mostram que, entre março de 2020 e dezembro de 2021, foram registrados 2.451 feminicídios e 100.398 casos de estupro de mulheres e meninas vulneráveis (FBSP, 2022b).

O conto da aia é um livro distópico e testemunhal que subverte o sistema opressor da sociedade da década de 1980, atravessa o século e conserva-se, até hoje, como instrumento de debate. A negligência e a omissão de políticas públicas e sociais que garantam a proteção e a defesa da vida das mulheres contribuem para que muitas ainda sejam mortas ou violentadas e, também, para que leis antidemocráticas dificultem sua liberdade quanto aos seus direitos reprodutivos e sexuais. Portanto, devido à relevância social desta pesquisa e considerando a possibilidade de lacunas existentes, entendo que este estudo possa servir de base para pesquisas futuras.

Por fim, permito-me agora sair do “labirinto”, com este trabalho como fonte que intenciona romper com a invisibilidade sobre as questões de gênero, que defende a dignidade e a vida das mulheres, que acredita no discurso e nas denúncias femininas de violência - tantas vezes questionadas por órgãos da justiça (que deveriam defendê-las e protegê-las) - e, sobretudo, que entende o quanto é necessário confrontar e combater as disposições arraigadas do sistema patriarcal que oprimem, apropriam e reificam as mulheres.

REFERÊNCIAS

ARRUZZA, Cinzia. **Ligações perigosas: casamentos e divórcios entre marxismos e feminismos**. São Paulo: Usina, 2019.

ATWOOD, Margaret. **O conto da aia**. Rio de Janeiro: Rocco, 2017.

ATWOOD, Margaret. **O conto da aia**. Rio de Janeiro: Rocco, 2021.

ATWOOD, Margaret. **Os Testamentos**. Rio de Janeiro: Rocco, 2019.

ATWOOD, Margaret. **Haunted by The Handmaid's Tale**. The Guardian, 2012. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/books/2012/jan/20/handmaids-tale-margaret-atwood>>. Acesso em setembro de 2023.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. Trad. Maria Ermantina Galvão Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 2006.

BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Tradução de Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/399258941/Livro-Completo-problemas-Da-Poetica-de-Dostoevski>>. Acesso em fevereiro de 2023.

BENTIVOGLIO, Júlio. **História & distopia: a imaginação histórica no alvorecer do século 21**. Vitória: Editora Milfontes, 2019.

BENTIVOGLIO, Júlio; CUNHA, Marcelo Durão R. da; BRITO, Thiago Vieira de (org). **Distopia, literatura & história**. Serra: Ed. Milfontes, 2017.

BÍBLIA. **Bíblia Sagrada: Edição Pastoral**. Brasília: Paulus, 1991.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdade: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. 2ª Ed. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 2012. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7049739/mod_resource/content/1/Bottomore_dicio_n%C3%A1rio_pensamento_marxista.pdf>. Acesso em janeiro de 2023.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Tradução Maria Helena Kühner. - 11º ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRANDT, Gabriela Pinheiro, et al. **Violência obstétrica: a verdadeira dor do parto**. Revista Gestão e Saúde.; v. 19, p. 19-37, 2018. Disponível em:

<<https://www.herrero.com.br/files/revista/file2a3ed78d60260c2a5bedb38362615527.pdf>>. Acesso em abril de 2023.

BULFINCH, Thomas. **O livro de ouro da Mitologia: história de deuses e heróis**. Trad. David Jardim Júnior. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2003. Disponível em <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4253530/mod_resource/content/1/butler-problemasdegenero-ocr.pdf>. Acesso em abril de 2023.

CANDIDO, Antonio. **O direito à literatura**. In: CANDIDO, Antonio. *Vários escritos*. 4. ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2011.

COLPITTS, Emily; JOHNSON, Holly. **Fact Sheet: Violence Against Woman In Canada**. CRIAW ICREF. 2013. Disponível em <http://www.criaw-icref.ca/images/userfiles/files/VAW_ENG_longFinal.pdf>. Acesso em dezembro de 2023.

CORTÊS, Gisele Rocha. **Violência Doméstica contra Mulheres: Centro de Referência da Mulher – Araraquara**. Tese de Doutorado. Faculdade de Ciências e Letras Campus de Araraquara. 2008. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/106298/cortes_gr_dr_arafcl.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em maio de 2023.

DAVIES, Madeleine. **Margaret Atwood's female bodies**. In: HOWELLS, Coral Ann. *The Cambridge Companion to Margaret Atwood*. Nova York: Cambridge University Press, p. 58-71, 2006.

DAVIS, Angela. **Mulheres, cultura e política**. São Paulo: Boitempo, 2017.

DESPENTES, Virginie. **Teoria King Kong**. São Paulo: N-1 Edições, 2016.

EAGLETON, Terry. **Marxismo e crítica literária**. Porto: Afrontamento, 1976, p. 13-52.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. [1889]. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. Lebooks Editora. Edição do Kindle.

FÁVERI, Marlene de. **O Ano Internacional da Mulher e o feminismo de Heloneida Studart**. Anais do II Seminário Internacional História do Tempo Presente, 13 a 15 de outubro de 2014, Florianópolis, SC. Disponível em: <<https://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/tempopresente/paper/viewFile/238/153>>. Acesso em setembro de 2023

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Violência contra meninas e mulheres no 1º semestre de 2022**. 2022a. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/12/violencia-contra-meninas-mulheres-2022-1sem.pdf>>. Acesso em janeiro de 2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Violência contra mulheres em 2021**. 2022b. Disponível em: < <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/03/violencia-contra-mulher-2021-v5.pdf>>. Acesso em janeiro de 2023.

FREIRE, Luisa. **O discurso religioso e violento em *O conto da aia*: o embate de vozes em a cerimônia**. Miguilim – Revista Eletrônica do Netlli | V. 9, N. 3, p. 784-801, set.-dez. 2020.

GOLDEMBERG, José. **O Futuro da Energia Nuclear**. Revista USP, [S. l.], n. 91, p. 6-15, 2011. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i91p6-15. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/34836/37574>>. Acesso em: 18 set. 2023.

HOBBSAW, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo: Políticas arrebatadoras**. Rosa dos Tempos. Rio de Janeiro, 2018. Edição do Kindle.

hooks, bell. **Teoria feminista: da margem ao centro**. São Paulo: Perspectiva, 2019. Disponível em: < <https://docplayer.com.br/133877006-Teoria-feminista-da-margem-ao-centro-bell-hooks.html>>. Acesso em junho de 2023.

JADWIN, Lisa. **Margaret Atwood's *The Handmaid's Tale* (1985): Cultural and Historical Context**. In: **The Handmaid's Tale: Critical Insights**. Ed: J. Brooks Bouson. Ipswich: Salem Press, 2009. pp. 21-41. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/237268394_Margaret_Atwood's_The_Handmaid's_Tale_1985_Cultural_and_Historical_Context>. Acesso em setembro de 2023.

LEACOCK, Eleanor Burke. **Mitos da dominação masculina: Uma coletânea de artigos sobre as mulheres numa perspectiva transcultural**. São Paulo: Instituto Lukács, 2019.

LEMO, Carolina Teles. **Religião e patriarcado: elementos estruturantes das concepções e das relações de gênero**. Revista Caminhos - Revista de Ciência da Religião, Goiânia, v. 11, n. 2, p. 201-217, jul./dez. 2013. Disponível em: <<https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/caminhos/article/view/2795/1709>>. Acesso em setembro de 2023.

LERNER, Gerda. **A Criação do Patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. São Paulo: Cultrix, 2019.

MARTINS GIMENES, C. Década das Mulheres na ONU e as perspectivas feministas do Sul Global. **Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais**, [S. l.], v. 11, n. 22, p. 1–21, 2024. DOI: 10.22478/ufpb.2318-9452.2024v11n22.65676. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ricri/article/view/65676>. Acesso em: 13 set. 2024.

MORRIS, Richard. A escassez de nascimentos: O QUE ACONTECE QUANDO AS PESSOAS EM PAÍSES LIVRES NÃO TÊM BEBÊS SUFICIENTES? **Los Angeles Times**, 1987. Disponível em:< <https://www.latimes.com/archives/la-xpm-1987-08-02-bk-722-story.html>>. Acesso em setembro de 2023.

MOYLAN, Tom. **Distopia: fragmentos de um céu límpido**. Tradução: Felipe Benício, Pedro Fortunato, Thayrone Ibsen. Maceió: EDUFAL, 2016.

PACHECO PADILLA, Vanessa. **Narrating a way out of distopia: voice in Margaret Atwood's *The handmaid's tale***. Tese de Mestrado. Universidade da Costa Rica. 2015.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Contribuição da história e da literatura para a construção do cidadão: abordagem da identidade nacional**. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy; LEENHARDT, Jacques (orgs.). *Discurso Histórico e Narrativa Literária*. Campinas, SP: UNICAMP, 1998.

ROTHSTEIN, Mervyn. **No Balm in Gilead for Margaret Atwood**. *The New York Times*, fev. 1986. Disponível em: < <https://www.nytimes.com/1986/02/17/books/no-balm-in-Gilead-for-margaret-atwood.html>>. Acesso em: junho de 2022.

SAFFIOTI, Heleieth. **A Mulher na Sociedade de Classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth. **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero**. *Cadernos Pagu* (16), 115-136. 2001.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado violência**. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth. **O Poder do Macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth. **Primórdios do conceito de gênero**. *Cadernos Pagu*, 12,157-163, 1999. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634812/2731>>. Acesso em fevereiro de 2023.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. *Educação & Realidade*, v. 20, n.2, 1995. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>>. Acesso em março de 2023.

SUVIN, Darko. **Um breve tratado sobre a Distopia 2006**. Traduzido por Ana Cecília Araki e Helvio Moraes. In: *Morus: Utopia e Renascimento*. 2015b.

SUVIN, Darko. **Um breve tratado sobre a Distopia 2001**. Traduzido por Ana Cecília Araki e Helvio Moraes. In: *Morus: Utopia e Renascimento*, 10, 2015a, p. 465-488.